



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 108/109

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 108

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Indicações	03
Requerimentos	05
Projetos de Lei	11
Pequeno Expediente:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	16
Dep. Reni Pereira.....	16
Dep. José Domingos Scarpellini....	18
Dep. Durval Amaral.....	18
Grande Expediente:	20
Horário das Lideranças:	
Liderança do PFL:	
Dep. Durval Amaral	29
Liderança do PT:	
Dep. Ângelo Vanhoni	20
Liderança do Governo:	
Dep. Dobrandino da Silva	22
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente.....	23
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	24
2ª Discussão	25
1ª Discussão	26
Discussão Única (Proposições). 28	
Requerimentos	29
Encerramento da Sessão Ordinária.....	30

Abertura da Sessão31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente31

Discussão / Votação:

1ª Discussão31

Discussão Única (Proposições)..32

Requerimentos32

Encerramento da Sessão Ordinária34

Publicações:

Atas de Comissão

Defesa dos Direitos da Mulher,
da Criança e do Adolescente.....34

102ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2005

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e
Plauto Miró Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes

DIÁRIO Nº 109

SUMÁRIO

Audiência Pública:

Ata..... 30

Mesa Executiva 31

Presenças 31

os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro e Mauro Moraes (07). E em viagem representativa o Sr. Deputado Elton Carlos Welter (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº S/Nº

Curitiba, 05 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e com base no artigo 10 e parágrafo 1º do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, comunicam a V. Exa. a constituição de um Bloco Parlamentar formado pelas Bancadas do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, Partido Liberal - PL e Partido Municipalista Renovador - PMR.

Informando ainda, que o Bloco Parlamentar será composto de quatro Deputados, conforme prevê o parágrafo 3º do referido artigo acima citado, tendo como Líder o ilustre Deputado Jocelito Canto.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(aa) CARLOS SIMÕES, CHICO NOROESTE, JOCELITO CANTO e PASTOR EDSON PRA-CZYK

OFÍCIO S/N

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados, reunidos em bancada, e, amparados no Regimento Interno desta Casa, Capítulo IV, das Bancadas e dos Blocos parlamentares, artigo 10, e seus parágrafos e artigo 11, vem muito respeitosamente à presença de V. Exa., comunicar à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, a constituição de um Bloco Parlamentar PP/PSB - Partido Progressista e Partido Socialista Brasileiro.

Faz tal comunicação para gozar das prerrogativas regimentais conforme está previsto no artigo 10, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Casa.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI, DUÍLIO GENARI, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e RENI PEREIRA

Indicações

INDICAÇÃO Nº 052/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação e implantação do Curso de Veterinária no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (com 72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação

Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Veterinária, que na área das Ciências Biológicas aparece com o indicativo de 40,08% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 053/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação e implantação do Curso de Arquitetura, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (com 72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Arquitetura, que na área das Ciências Exatas, aparece com o indicativo de 38,80% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 054/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Padre Paulo Campos dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que segue:

I - Sugere-se que todos os cinemas do Estado do Paraná, sejam obrigados a exibir, antes de todas as sessões principais, 01 (um) filme publicitário educativo, esclarecendo as consequências do uso de drogas, do álcool, do tabaco e de outras substâncias nocivas à saúde.

II - Sugere-se que esse filme publicitário educativo, seja elaborado por 01 (uma) equipe multidisciplinar de servidores das seguintes Secretarias do Estado: da Saúde, da Educação e da Justiça.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado de Justiça tem lançado campanha de prevenção ao uso de entorpecentes, com a

realização de atividades antidrogas, a qual será expandida a jovens de todo o Estado do Paraná.

O crescimento do consumo de drogas é assunto que preocupa a todas as camadas da sociedade brasileira, extrapolando a família e os setores do Estado voltados para o problema.

O perigo do uso de drogas e suas consequências rondam a todos. O problema das drogas atinge principalmente os adolescentes menos experientes - "presas" mais fáceis desse verdadeiro flagelo moderno.

É por isso que, mais do que nunca, é fundamental travar a batalha da informação e do esclarecimento sobre o uso de drogas.

De acordo com as estatísticas da Pastoral da Sobriedade da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil = CNBB, os fatores que mais contribuem com o uso de entorpecentes estão a insegurança natural da idade, as referências familiares, alteradas em função da desagregação social e econômica, a influência de outros jovens sem orientação e a desinformação e deseducação.

Do ponto de vista da Saúde Pública, álcool e tabaco representam os principais problemas. Apesar disso, o consumo de drogas outras que não o álcool e o tabaco, aumentou na grande maioria das cidades brasileiras.

Em pesquisa do centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas = CEBRID, sobre o consumo de drogas entre jovens de 10 (dez) regiões brasileiras, coloca Curitiba entre os primeiros lugares no consumo de drogas entre jovens na faixa etária de 17 e 18 anos.

De acordo com o levantamento, os jovens que vivem na região Metropolitana de Curitiba consomem mais álcool, crack, maconha, cocaína, cheirada e anfetamina do que aqueles que moram em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Preocupados com formas preventivas, visando à não-proliferação do uso de drogas e considerando o cinema um meio de comunicação que, por abranger pessoas de diversas idades e camadas sociais, deve ser aproveitado como instrumento de campanhas educativas, razão pela qual apresenta-se a presente sugestão.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 021/2005, que dispõe sobre a cobrança de taxa de estacionamento cobrada por shopping centers e hipermercados.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 3074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 (cinco) Sessões, da votação do item 09 da pauta da presente Sessão, Proposição de Veto 069/2005, veto aposto ao Projeto de Lei 040/2004, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) RATINHO JUNIOR

REQUERIMENTO Nº 3077

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o douto Plenário, transformação da Comissão Parlamentar Especial da Reforma Tributária em Comissão Especial Parlamentar da Reforma Tributária e de Acompanhamento da Lei Geral das Microempresas, visto que esta última está sendo discutida na Câmara dos Deputados e pode acarretar grandes perdas ao Estado do Paraná, necessitando assim que essa Comissão Especial dê continuidade ao seu acompanhamento para o bem da economia paranaense.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(aa) RENI PEREIRA

DURVAL AMARAL

JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 249/2005, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 3055

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, licença para se ausentar da Sessão Ordinária do dia 10 de outubro do corrente ano, para participar no Município de Porto Alegre/RS, de reunião que discutirá a legislação sobre a regulamentação da Lei Agrícola Federal, em especial de Inspeção Sanitária de Alimentos.

Importante salientar que a presente agenda terá participação das três Comissões de Agricultura das Assembléias Legislativas dos Estados do Sul, portanto, estaremos representando esta Casa de Lei, como Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Mercosul.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 3047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do

Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Leis nºs 93 e 597/2005, que isenta os veículos das APAEs do pagamento de pedágio em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3078

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização para o uso das dependências do Plenário no dia 23 de novembro das 9h às 12h, para a realização de uma audiência pública onde serão discutidos assuntos referentes aos Direitos Humanos.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 3065

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização para o uso das dependências do Plenário no dia 23 de novembro das 9h às 12h, para a realização de uma audiência pública onde serão discutidos assuntos referentes aos Direitos Humanos.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 3041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 06 de outubro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 3038

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 30 de setembro, do Sr. Hiroshi Atsumi, no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

O Sr. Hiroshi Atsumi, 94 anos, nasceu em 15 de julho de 1911, no Estado de Aichi-Ken - Japão, embarcou no Porto de Kobe dia 27/11/58 e chegou ao Brasil, no Porto de Santos dia 16/01/59.

Na mesma data, transferiu-se ao Município de São José dos Pinhais, onde trabalhou sempre na agricultura. No ano de 1997, teve o prazer de receber em sua residência o Imperador do Japão Akihito.

Hiroshi Atsumi, pessoa de grande conceito na região onde prestou grande colaboração ao Município

com seu conhecimento, participação e convívio. Viúvo de Toshiko Atsumi deixa quatro filhos: Yoshio Atsumi, Makoto Atsumi, Kiyoshi Atsumi e Kazuhiko Atsumi e oito netos.

Pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixa muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada no endereço: Rua Almirante Alexandrino, 1950 - Afonso Pena - São José dos Pinhais - CEP: 83.050.390.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 3050

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Bonato, ocorrido nesta data, em Curitiba-PR.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 3058

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Pedro Francener, ocorrido em 04 de outubro de 2005, no Município de Mercedes-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à sua filha, Lenir Schmidt, Secretária Municipal de Educação e Cultura do Município de Mercedes-PR.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3059

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar, pelo falecimento de Irma Mazzochim, ocorrido em 04 de outubro de 2005, no Município de Santa Helena.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à sua mãe, Sra. Adelinda Mazzochim, residente na Av. Brasil, 1498 - Centro - CEP: 85.892-000 - Santa Helena-PR.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3060

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar, pelo falecimento de Valdemar Irineu Stange, ex-Secretário Municipal de Saúde de Palotina, ocorrido no dia 29 de setembro de 2005, naquela cidade.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao familiares: Albani Fátima Stange (esposa), Patrícia Zílio Stange e Luíza Iolanda Zílio Stange (filhas), e ao neto Arthur, no seguinte endereço: Av. Independência, 680 - Centro - Palotina - A/C Luiz Boldori.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3075

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar o registro nos Anais da Sessão desta data, de votos de congratulações a serem formulados ao Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, na pessoa de seu Presidente, Eli Ghellere, Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu; ao Diretor da Faculdade Sul Brasil - Fasul, Aziz Rachid Júnior; ao Presidente do Sebrae/Paraná, Ágide Menequette; e ao Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, e respectivas equipes, pelo oportuno lançamento do bem produzido "Guia de Pesca - Pesca Esportiva no Lago de Itaipu" - que aconteceu no último dia 1º de outubro, em solenidade festiva, na cidade de Guaíra.

Caso aprovado a presente proposição, requeiro seja dado ciência da mesma, via correspondência, a ser remetida ao Presidente do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros do Lago de Itaipu, à Rua Vânio Ghellere, 64 - Prefeitura Municipal - CEP: 85.877-000 - São Miguel do Iguaçu - PR; ao Diretor da Fasul, à Avenida Ministro Cirne Lima, 1661 - CEP: 85.903-590 - Toledo-PR; ao Presidente do Sebrae/PR, à Rua Caeté, 150 - Prado Velho - CEP: 80.220-300 - Curitiba-PR; e ao Diretor Geral da Itaipu Binacional, à Rua Comendador Araújo, 551 - Centro - CEP: 80.420-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de regozijo, pela elaboração do "Projeto Gente", no Município de Quedas do Iguaçu.

Requer, ainda, que seja dado ciência à Irmã Eliana Sartori Diniz, coordenadora do Projeto, enviando corres-

pondência à Rua Juazeiro, 1065, CEP: 85.460-000, Quedas do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Um ato de amor. Assim podemos definir o trabalho de quem, por vocação e voluntariado, dedica parte do seu tempo em prol de gente como a gente. De pessoas que, por infortúnio, estão privadas das condições mínimas, necessárias para uma vida digna.

Em Quedas do Iguaçu, o Projeto Gente desenvolveu ações sociais que merecem de nossa parte o reconhecimento público. Trata-se de um trabalho sócio-educativo com intuito de resgatar as crianças e adolescentes do Município, cujas famílias não possuem condições básicas para provê-las com alimentação, educação fundamental e atividades de iniciação profissional.

Pensar no próximo já é nobre. Agir em prol do próximo é mais nobre ainda. E, a partir deste momento é que passamos realmente a compreender a grandiosidade da Oração de São Francisco, na qual ele diz "que é dando que se recebe".

Quando damos carinho, recebemos carinho. Quando damos atenção, recebemos atenção. Quando damos um abraço caloroso, com a mesma intensidade somos abraçados. Quando damos o nosso tempo, o tempo sempre se reverterá em um tempo a nosso favor.

Quando damos amor, apenas estamos permitindo que esta energia que vem de Deus amplie cada vez mais sua intensidade em nossos corações. O amor incondicional, além do receptor ao qual se destina, sempre retornará ao seu doador.

As pessoas que integram o Projeto Gente não realizam apenas um trabalho. Na verdade, são grandes missionários do amor. E mais ainda, semeadores do amor no coração do próximo.

Parabéns a toda a equipe do Projeto Gente.

REQUERIMENTO Nº 3042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de regozijo, ao Grupo de Escoteiros Tarumã, do Município de Quedas do Iguaçu.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao Presidente do Grupo, Neto Zolet, enviando correspondência à Rua Juazeiro, 1065, CEP: 85.460-000, Quedas do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O trabalho quando é executado de forma profissional e qualificado, por si só já dignifica o homem. Porém, quando este trabalho é desenvolvido de maneira voluntária, possui um valor ainda maior.

Em Quedas do Iguaçu, o Grupo de Escoteiros Tarumã é um exemplo vivo de união, de trabalho em

equipe e de vivência harmônica em comunidade. Quando chamados, estão sempre prontos para servir.

Servir ao próximo é um privilégio de todo cidadão consciente e responsável, de todo cidadão que faz da sua vida um engajamento em prol das causas sociais justas e, principalmente, em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade na qual está inserido. O esforço despendido sempre é compensado quando o resultado favorece a toda uma coletividade.

O Grupo de Escoteiros Tarumã realiza um trabalho exemplar junto à comunidade, o qual merece de nossa parte e de toda sociedade de Quedas do Iguaçu o reconhecimento público. O reconhecimento de que vocês estão no caminho certo, no caminho que mostra que as barreiras são superadas quando os esforços são convergidos para um fim digno. Mas ainda: quando este fim é propiciar uma vida melhor para os menos favorecidos.

Parabéns a todos os integrantes do Grupo de Escoteiros Tarumã, orgulho para Quedas do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 3061

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de regozijo pelo 13º aniversário do Município de Mercedes, comemorados no mês de setembro.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Exmos. Srs. Wilson Schwantes e Evandro Moreira, respectivamente Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Mercedes.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3052

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que se digne a escrever ao Sr. Prefeito de Almirante Tamandaré, município da Região Metropolitana de Curitiba, Wilson Goinski, sugerindo apoio ao Grupo de Teatro de Bonecos Dadá, dirigido por Euclides de Souza, brasileiro, 70 anos, notável artista, pesquisador das raízes do folclore brasileiro e militante da causa da educação popular no Brasil.

Pede, ainda, inserção nos Anais, de voto de louvor pelo 70º aniversário do grande artista Euclides de Souza, mentor, com sua mulher Adair, do Teatro de Bonecos Dadá.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Com mais de trinta anos de atividade no Paraná, mais especificamente em Curitiba, o Teatro de Bonecos Dadá formou gerações de paranaense na intimidade com a arte das marionetes.

Encontra-se atualmente em barracão no setor industrial de Almirante Tamandaré, ameaçado de despejo, por incompreensão cultural. Seria de bom alvitre, respeitoso para com as funções de promoção cultural do Município - previstas na Constituição - não despejar, nem mandar fechar o Teatro Dadá.

Pode-se revitalizar uma área, uma casa, talvez criar um novo espaço num Parque Municipal ou Estadual, com a presença do Teatro de Bonecos Dadá. O Parque Anibal Khury, de desapropriação votada por esta Assembléia, nesta legislatura, bem poderia ser espaço para a instalação do Museu de Bonecos e do Teatro de Bonecos Dadá.

Assim, crianças e adultos da Região Metropolitana, sairiam ganhando com esta preciosa herança cultural de brasilidade.

REQUERIMENTO Nº 3039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando, em caráter de urgência, policiamento no Bairro Cristo Rei, mais especificamente nas ruas: Atílio Bório nº 01 até 300, R. Francisco Alves Guimarães nº 01 até 400, R. José de Alencar nº 01 até 350, R. Schiller nº 01 até o 300.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação é feita pelos moradores do Bairro Cristo Rei, devido à falta de segurança naquela região. Os comerciantes e moradores sofrem de um a dois assaltos por semana ou têm seus estabelecimentos arrombados à noite. Através de um levantamento feito pelos moradores foram constatados, desde o mês de dezembro até a presente data, sessenta assaltos a moradores, 34 arrombamentos e dezoito assaltos à mão armada.

Quando a polícia é acionada, leva em média quarenta minutos para atender ao chamado, o que deixa os bandidos à vontade para cometerem o delito e saírem impunes, conforme documentos em anexo.

REQUERIMENTO Nº 3044

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER que o Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, informe os salários dos Delegados de Polícia de 4ª a 1ª Classe, dos Policiais Militares, de Capitão até Coronel, dos Promotores e dos Procuradores de 1ª Instância até a última Instância.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se faz necessário em virtude de este Deputado querer saber da disparidade sala-

rial de cada categoria, para vir lutar pelas classes, por um melhor salário junto ao Governo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 3045

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER que o Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, informe a mágica, referente ao Pré do preso de R\$ 2,00 (dois reais) por dia para cada preso, que estão nas cadeias das Delegacias do Paraná, para realizarem três refeições diárias, sendo que 30 (trinta) dias equivalerá a R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais por preso.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento se faz necessário em virtude de que os presos se encontram à disposição da Justiça ou aguardando vaga na Penitenciária, presos nas cadeias das Delegacias do Paraná, recebem o Pré do preso, de R\$ 2,00 (dois reais) para 3 (três) refeições diárias, totalizando R\$ 60,00 (sessenta reais) por mês.

Em virtude disso, este Deputado quer saber do Secretário de Estado da Segurança Pública, que mágica os delegados de polícia estão fazendo com R\$ 2,00 (dois reais) por dia para dar o café da manhã, almoço e jantar para cada preso de sua delegacia.

REQUERIMENTO Nº 3046

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER que o Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, informe por que até a presente data os 83 (oitenta e três) policiais não foram designados para o município de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a finalidade de requerer ao Sr. Secretário da Segurança, que informe com a maior brevidade do porquê não foram designados os 83 (oitenta e três) policiais militares ao município de Telêmaco Borba/PR, conforme Mensagem nº 004/2005, de 02/03/2005.

REQUERIMENTO Nº 3051

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à Mesa da egrégia Assembléia, que determine a republicação, em três mil exemplares cada, dos cinco volumes da coleção de Páginas Escolhidas, que marcou os 150 anos do Paraná e deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Cinco volumes publicados por ocasião das comemorações do Sesquicentenário do Paraná, contendo: His-

tória - 150 Anos da Criação Política do Paraná - Símbolos, Discursos e Comemorações - Literatura I - Literatura II. Entre 2003/2004, estas "Páginas Escolhidas" foram reunidas pela Academia Paranaense de Letras, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, com apoio do Instituto Farol do Saber, a pedido da Comissão do Sesquicentenário da Assembléia Legislativa do Paraná, presidida por este Deputado, Rafael Greca.

Especialmente o livro Símbolos, Discursos e Comemorações, reúne a memória dos símbolos estaduais, discursos e comemorações do Sesquicentenário do Estado do Paraná. A publicação contém as diversas bandeiras, brasões e armas, o sinete, as cores estaduais e a faixa "governamental" que, ao longo da história, tem representado nossa terra e nossa gente. Há ainda a transcrição das letras e partituras dos diferentes hinos que antecederam o atual, composto e executado pela primeira vez, nos idos de 1903, pelo imortal maestro Bento Mossurunga (1879-1970) sobre a poesia de Domingos Nascimento (1862-1915). Este hino depois foi suprimido quando a ditadura alegou que "nenhum hino provincial poderia ser maior que o Hino Nacional". Só seria restabelecido depois do Estado Novo, pela Constituição de 1946, e desde então mantido pelas Cartas Magnas subsequentes, que muitas Constituições têm tido este nosso Brasil e este Paraná, a saber - a de 1947, a de 1976, a de 1970, a de 1971 (emenda nº 3) e a de 1989.

No livro também estão publicados os discursos de 2003. Aqueles proferidos em 29 de agosto de 2003, quando da comemoração do Sesquicentenário da Lei Imperial que criou politicamente a Província do Paraná, desmembrando o nosso território da Província de São Paulo. E aqueles proferidos em dezembro de 2003, quando da comemoração da chegada do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos a Curitiba para a instalação do novo Governo da Província, a 19 de dezembro de 1853.

Há ainda memória fotográfica das festas populares realizadas no Centro Cívico de Curitiba - entre 19 e 21 de dezembro de 2003, por ocasião do Sesquicentenário. No cinquentenário das obras realizadas pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em 1953 e 1954, na inauguração do Palácio Iguaçu e da Assembléia Legislativa, pelo Centenário do Paraná.

Para este livro muito contribuíram arquivos e lembranças pessoais de D. Flora Camargo Munhoz da Rocha, felizmente testemunha viva da história, nestes dois tempos e nestes últimos cinquenta anos. É folhear estas páginas e perceber que o melhor de qualquer festa é sempre feito pelo povo, que carrega consigo a seiva da vida. A semente da história. A única energia capaz de gerar felicidade no dia que vai nascer.

A coleção "Páginas Escolhidas" compõe-se de textos de diversos autores, de Cabeza de Vaca, Ouvidor Paradinho, Padre Belchior de Pontes, a escritores dos séculos XVIII, XIX e XX, além de reproduzir documentos raros

da História do Paraná e do Brasil, e da ocupação do nosso território.

REQUERIMENTO Nº 3069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência providências no sentido de que seja intensificado o policiamento nas imediações da Igreja Universal do Reino de Deus, próximo da Rua da Cidadania do Bairro Boa Vista, em Curitiba, devido às inúmeras reclamações de furtos e roubos a diversos comerciantes e aos moradores locais, que se encontram inseguros e desprotegidos devido à falta de segurança.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência providências no sentido de que seja intensificado o policiamento nas imediações da Igreja Universal do Reino de Deus, próximo da Estação Tubo do Ligeirinho no Bairro Novo "A" - Sítio Cercado, em Curitiba, devido às inúmeras reclamações de furtos e roubos a diversos comerciantes e aos moradores locais, que se encontram inseguros e desprotegidos devido à falta de segurança.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência providências no sentido de que seja intensificado o policiamento nas imediações da Igreja Universal do Reino de Deus, próximo da Estação Tubo do Ligeirinho na Vila Osternack, em Curitiba, devido às inúmeras reclamações de furtos e roubos a diversos comerciantes e aos moradores locais, que se encontram inseguros e desprotegidos devido à falta de segurança.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência providências no sentido de que seja intensificado o policiamento nas imediações da Igreja Universal do Reino de Deus, na Rua Nicola Pellanda, no Bairro Tatuquara, em Curitiba, devido às inúmeras reclamações de furtos e roubos a diversos comerciantes e aos moradores locais, que se encontram inseguros e desprotegidos devido à falta de segurança.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Sr. André Monteiro - Consultor Comercial da Brasil Telecom, no sentido de autorizar a instalação de 01 (um) telefone público nas proximidades da Rua Pedro Lopes, 445-A entre as Ruas Ulisses Guimarães e Manoel Couto, no Conjunto Pirineus - Bairro Pinheirinho nesta Capital.

Tal solicitação prende-se ao fato de moradores e comerciantes locais necessitarem com a máxima urgência da instalação deste telefone público.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, o envio de pedido de informação ao Secretário de Estado de Comunicação Social, Airton Carlos Pisseti, sobre os valores destinados pela Secretaria de Comunicação Social do Estado, diretamente ou através de outras Secretarias ou demais entes da Administração direta e indireta do Estado, a todo e qualquer veículo de comunicação no Estado, especificando sua razão social e respectivos valores repassados, mês a mês, nos anos de 2003, 2004 e 2005, constando ainda:

- critérios das licitações;
- critério adotado para escolha das agências nos casos onde há dispensa legal da licitação;
- agências contratadas;
- veículos de comunicação utilizados e valores pagos;
- período em que houver publicidade em cada veículo;
- licitações em curso e fase em que se encontram (se houver);
- grade de valores por inserção;

Tal requerimento justifica-se em virtude da necessidade de esclarecimento à população e à imprensa sobre os valores e critérios utilizados na realização das campa-

nhas publicitárias do Governo do Estado do Paraná. Portanto, cumprindo uma das funções do mandato parlamentar, que é fiscalizar os atos do Poder Executivo, peço a meus Pares, apoio a essa proposta.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 616/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior ficam obrigadas a oferecerem aos alunos, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

Art. 2º São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, diplomas ou aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante, no que couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior deverão expedir, a qualquer tempo, os documentos de transferência de seus alunos, independentemente de sua adimplência ou da adoção de procedimentos legais de cobranças judiciais.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Um dos motivos que nos levam a propor este projeto de lei é o fato de muitos estudantes, ou seus responsáveis legais, pagarem as mensalidades com multa e juros pelo fato de a instituição de ensino não permitir a mudança da data de vencimento. Ocorre que, muitas vezes, a data de vencimento para o pagamento da mensalidade estipulada pela instituição privada não condiz com a data em que o contratante recebe a sua remuneração. Assim, se o aluno, ou seu responsável, apenas recebe seu salário no dia 20 de cada mês, e a mensalidade vence no dia 5, todo mês ele pagará multa e juros referente a 15 dias de atraso. O ideal é que o problema seja resolvido com a própria instituição de ensino, porém, a maioria sequer está disposta a negociar. Essa problemática ocorre principalmente nas instituições particulares de ensino superior. A data de vencimento da mensalidade é simplesmente imposta aos estudantes. Obviamente que essa imposição não foge da esfera de sua competência ou da legalidade, mas não podemos esquecer que educação é direito de todos e dever do Estado.

Embora a nossa Constituição Federal garanta a livre iniciativa do ensino, existem algumas normas que devem ser observadas: cumprimento das normas gerais da educação nacional; e autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 estabelece que a educação deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Para a efetivação desses princípios, é imprescindível promover a igualdade de condições não só de acesso ao ensino, como também para sua permanência, ainda que em instituições de iniciativa privada.

No âmbito do serviço público, as concessionárias, de direito público ou privado, já são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

Ademais, existe uma lei federal que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares, a Lei nº 9.870/99. Essa lei estabelece limites para o aumento das mensalidades e proíbe a suspensão de provas, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento. O que o projeto de lei em causa propõe é transferir para o âmbito estadual essas normas, a fim de que sejam efetivamente cumpridas.

Com o intuito de implementar os princípios da Lei de Diretrizes e Bases, bem como facilitar para que o aluno permaneça adimplente na instituição de ensino, é que apresentamos este projeto de lei,

Contamos com a colaboração dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 617/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. -...

I -...

m) fumos e sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH;”

Art. 2º Fica revogada a alínea “d” do inciso VI do artigo 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei propõe o realinhamento da alíquota do ICMS sobre cigarros (posição 2402.20.00) em 25% buscando equalização com os demais Estados

vizinhos e visando eliminar os efeitos negativos constatados sobre a arrecadação, como se depreende das considerações adiante enunciadas. É importante destacar que em todos os Estados da Região Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul a alíquota do ICMS sobre cigarros é de 25%, diferentemente do Paraná que é de 27%.

O mercado brasileiro de cigarros

Com base em levantamentos efetuados por empresas especializadas em pesquisa de mercado (Nielsen e IDS), o consumo do mercado brasileiro é em torno de 125 bilhões de cigarros ao ano, dos quais 72% fornecidos pelo mercado legal, isto é, cigarros comercializados por empresas que recolhem os tributos devidos e obedecem a legislação nacional para o setor. Os outros 28% adentram o mercado pela concorrência desleal, sem o pagamento, portanto, dos tributos devidos e comercializados em desrespeito as demais legislações, em especial o controle exercido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Compõem a concorrência desleal os cigarros contrabandeados para o País (em especial do Paraguai), falsificados ou não, e cigarros produzidos localmente sem o pagamento dos tributos devidos.

O cigarro é o produto de maior carga tributária do Brasil (do valor financeiro da receita de cada três maços vendidos, o correspondente a dois deles são impostos). Por não recolher os impostos, algumas empresas conseguem comercializar seus produtos a preços variando de R\$ 0,80 a R\$ 1,00 por maço, enquanto os fabricantes cumpridores de suas obrigações legais comercializam seus produtos de menor preço R\$ 1,80, de conseguinte, uma diferença de 80%. Um fabricante que pagasse todos os tributos indiretos devidos e que estivesse operando sem lucro, atingiria o ponto de equilíbrio de preço (nem lucro, nem prejuízo) de um maço de cigarros na classe fiscal I (menor valor de IPI agregado) ao comercializá-lo por R\$ 1,40.

O mercado do Paraná

No Estado do Paraná, a concorrência desleal em 2005, até junho, foi de 37,4%, superior à observada na média Brasil e em relação aos Estados vizinhos, além de apresentar consistente crescimento como se comprova o quadro abaixo (de 28,8% em 2000 para 37,4 em 2005). Como consequência a evasão fiscal no Estado, estimada para 2005, já é da ordem de R\$ 54 milhões.

Participação da concorrência desleal:

	2000	2001	2002	2003	2004	2005 (até junho)
Brasil	32,8%	31,3%	32,5%	30,3%	29,5%	27,9%
Paraná	28,8%	27,9%	31,9%	33,2%	37,5%	37,4%

Em janeiro de 2002, o Paraná aumentou a alíquota de ICMS para 27% (Lei 14.310 de dezembro de 2001), e a indústria, como consequência elevou seus preços aos

consumidores apenas para repassar o incremento de imposto.

Considerando, que nos demais Estados a alíquota é de 25%, esta diferença torna o produto no Estado mais caro que nos demais o que, além de ser um atrativo adicional de margem para a ilegalidade, favorece a entrada de produtos legais adquiridos nos Estados vizinhos a preço mais barato, interferindo na dinâmica do mercado e afetando negativamente a arrecadação no Paraná. A concorrência desleal, por óbvio, se aproveita dessas "oportunidades" para expandir seus negócios.

Um fator adicional de impacto para o Estado é a fronteira com o Paraguai, principal origem dos cigarros contrabandeados ou falsificados. A despeito das ações de repressão realizadas pelas autoridades competentes, o contrabando representa 61% da concorrência desleal no Estado e já contaminou 50% dos varejos formais que comercializam cigarros (21 mil varejos). No mercado brasileiro o contrabando representa 37% e a contaminação do canal formal é de 30%.

Carga Tributária x Ilegalidade

A história da indústria fumageira no Brasil apresenta exemplos reais de aumentos da carga tributária que visavam aumentar a arrecadação tiveram efeitos negativos. Em 1998 os Estados de MG e RJ aumentaram a alíquota do ICMS sobre cigarros de 25% para 30% e a reverteram poucos meses depois, dado o impacto negativo gerado sobre a arrecadação.

As mais recentes experiência aconteceram nos Estados do Pará e do Piauí:

- Em 2000, o Estado do Pará aumentou a alíquota do ICMS de 25% para 30% e a indústria, em decorrência elevou seus preços aos consumidores apenas para repassar o incremento de imposto. A elevação dos preços acelerou o aumento da participação da concorrência desleal no mercado paraense que, projetada com base em junho de 2001, subiu de 76% para 84%. Como contrapartida, iniciou-se a queda da arrecadação de modo que em junho de 2001, o seu valor já estava no mesmo patamar anterior ao aumento, frustrando a expectativa do Estado de elevação da receita tributária. Assim, em julho de 2001, dada a tendência de queda observada na arrecadação, o Estado do Pará reverteu a alíquota de 30% para 25%, portanto, em linha com a adotada pelos demais Estados.

- Em 2004, foi a vez do Estado do Piauí que aumentou de 25% para 30%, porém, os fatos se confirmaram e, comprovada a ineficácia da medida do ponto-de-vista da arrecadação, o Estado restabeleceu a alíquota para 25% a partir de outubro de 2004.

Em assim, justifica-se acionar idêntica medida no Estado do Paraná, de sorte a fazer incidir novamente a alíquota de 25% de ICMS nas operações internas com fumo e sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH.

PROJETO DE LEI Nº 618/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a incluir a rapadura na merenda das escolas públicas estaduais do Paraná.

§ 1º Fica determinado que a aquisição desse complemento alimentar deve ser realizado junto a produtores estabelecidos dentro do território do município-sede dos estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A inspiração para a apresentação do presente plano de lei vem da Prefeitura do Município de Apucarana, que, através de sua Secretaria de Desenvolvimento Comunitário, inclui a rapadura na merenda dos alunos das suas escolas.

Dentre outras vantagens representadas por essa iniciativa, destacamos o fomento da fabricação artesanal da rapadura como meio de agregação de renda por parte de pequenos produtores rurais.

No entanto, o mérito maior da aplicação da Lei é a exaltação do valor nutricional da rapadura, conforme o que a seguir, transcrevemos da internet - geocities/rapadura/ valor nutritivo. "Diversas especialidades da medicina reputam a rapadura como um alimento riquíssimo em calorias". Cada 100 gramas têm 312 calorias - ou seja: 200 gramas equivalem em energia a um prato de talharim de ricota.

A rapadura contém sacarose, frutose, glicose, potássio, cálcio, magnésio, fósforo, sódio, ferro, manganês, zinco, flúor, cobre, vitamina A, B, C, D, E, PP e proteínas.

Seu alto poder nutritivo já chegou a motivar o laboratório farmacêutico de Pernambuco - Lapfep - que produziu 100 mil pastilhas de rapadura de 1 a 4 miligramas e distribuiu na rede oficial de ensino do Estado. As pastilhas foram adicionadas aos pratos da merenda escolar e serviram como complemento alimentar. O valor nutritivo da rapadura vem sendo reconhecido e tem motivado algumas providências governamentais.

Mais recentemente, em 10 de junho de 1999, o Governo do Estado da Paraíba, atendendo proposições da Assembléia Estadual, promulgou a Lei 163/99 que autoriza o Poder Executivo a incluir a rapadura na merenda escolar fornecida aos estudantes da rede pública.

Este posicionamento, além de manter a qualidade nutritiva da refeição, serve como fator estimulante e restaurador desta agroindústria.

Em nível federal não se poderia deixar de ressaltar que em 8/12/97, visando suprimento do Prodea

(Programa de Desenvolvimento Alimentar) e acolhendo decisão do Conex (Conselho Nacional de Exportação), a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) autorizou a Superintendência Regional de Pernambuco a comprar mais de 500 toneladas de rapadura para os Estados e Pernambuco, Alagoas e Paraíba e que foi consumida nos meses de dezembro de 97 e janeiro de 98.

Indubitavelmente, foram duas ações de forte participação na recuperação da atividade rapadureira naqueles Estados.

E o que se pretende com a aprovação do presente projeto, é justamente a criação de uma nova atividade agroindustrial para melhoria da renda dos nossos pequenos sítiantes, além do fornecimento de alimento de elevado potencial alimentar e energético para os alunos das nossas escolas básicas.

O professor Antônio Carlos Pires, da Universidade Federal do Pernambuco conclui ainda em 97 que "a rapadura é rica em cálcio, nutriente essencial na formação dos ossos e dentes, além de ser responsável pela coagulação sanguínea e batimentos cardíacos, auxiliando no trabalho muscular e nervoso. Graças ao ferro que contém, a rapadura é um ótimo alimento para os anêmicos. O ferro é um alimento essencial na formação da hemoglobina, que é alimento primordial do sangue, carregando oxigênio para as células. Por conter vitaminas e substâncias mineralizantes, a rapadura promove o crescimento ósseo interferindo nos ossos e dentes, visão, resistência e infecções e estabelecendo o equilíbrio básico do organismo".

Ainda segundo os estudos do professor Antonio Carlos Pires da Universidade do Pernambuco, cada 100 gramas de rapadura contém: 78 mg de sacarose, entre 1,5 a 7,0 de frutose e a mesma quantia de glicose dentro da classe dos carboidratos; 13,0 mg de potássio, de 40 a 100 mg de cálcio, de 70 a 90 mg de magnésio, de 20 a 90 mg de fósforo, 19 a 30 de sódio, 10 a 13 de ferro, 6 mg de flúor, menores quantidades de cobre, zinco e manganês, dentro da classificação dos minerais. Cada 100 mg de rapadura contém ainda 5,80 mg de vitamina A, mais 7 de vitamina C, 6,50 de vitamina D2, 111 mg de E e 7 de PP, além de 280 mg de proteínas.

Sras. e Srs. Deputados: o Paraná produz cana-de-açúcar em todas as suas regiões, responsáveis pelo fornecimento dessa matéria prima para diversas usinas de álcool e açúcar.

Entendemos que esta nossa proposição merecerá o apoio do Governo do Estado para a sua implantação, pois além de melhorar a alimentação das crianças das nossas escolas, promoverá a multiplicação de pequenas indústrias de rapaduras e como consequência dessa nova atividade fabril, a absorção de mão-de-obra mesmo que desqualificada, contribuindo ainda para a fixação do homem na sua região de origem, no campo, principalmente.

PROJETO DE LEI Nº 619/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná à Advogada Regina de Barros Correia Casillo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, na área da Cultura e do Direito, pela Dra. Regina de Barros Correia Casillo a fazem merecedora de tamanha homenagem.

Seu extenso *curriculum*, que segue como anexo deste projeto, endossa a razão do Título.

PROJETO DE LEI Nº 620/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta lei, o Programa de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa-Universidade, objetivando beneficiar estudantes de baixa renda, regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos.

Art. 2º O Programa Bolsa-Universidade destina-se ao pagamento total ou parcial, dos valores das mensalidades de alunos cuja renda mensal familiar não ultrapasse a 5 (cinco) salários-mínimos vigentes.

Parágrafo único. Entende-se por renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto.

Art. 3º O Programa Bolsa-Universidade será executado através de financiamento, que poderá ser quitado:

I - em moeda corrente do País;

II - através de prestação de serviços ao Poder Público;

III - através de prestação de serviços comunitários ou a entidades beneficentes.

§ 1º O financiamento de que trata este artigo poderá ter início de liquidação ou ser amortizado a qualquer termo, devendo o saldo devedor remanescente ser liquidado após o término do curso em tantos anos quantos forem o número de ano do respectivo curso.

§ 2º Durante o período de utilização do financiamento, o estudante fica obrigado a pagar os juros incidentes sobre o financiamento em período a ser fixado pelo Governo do Estado.

Art. 4º O estudante reprovado em qualquer das séries do curso perderá o benefício definido nesta lei, não consideradas dependências de disciplinas.

Art. 5º Os recursos para o Programa Bolsa-Universidade serão oriundos do Tesouro do Estado e outras fontes governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras, ficando o Governo do Estado autorizado a contratar operações de crédito, interno ou externo, para atender a execução do programa de que trata esta lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo, respeitada a disponibilidade financeira do Paraná, adotará as providências à alocação de recursos orçamentários para atendimento das despesas do Programa Bolsa-Universidade.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, podendo instituir ou definir o órgão estadual responsável pela execução do programa ora instituído, estabelecendo entre outros procedimentos, os serviços a serem prestados previstos nos incisos I e III do artigo 3º, os juros e encargos financeiros a serem cobrados sobre o financiamento, a formalidades exigidas para obtenção de bolsas, bem como os requisitos exigidos dos estabelecimentos de ensino.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE

Apoio:

Carlos Simões, André Vargas, Duílio Genari, Delegado Braddock, Cida Borghetti, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, José Maria Ferreira, José Domingos Scarpellini, Francisco Bühner, Milton Pupio, Nereu Moura, Waldir Leite, Jocelito Canto, Nelson Justus, Reni Pereira, Luciana Rafagnin, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Durval Amaral, Ratinho Júnior, Luiz Accorsi, Tadeu Veneri, Natálio Stica e Alexandre Curi.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa-Universidade, para atender estudantes de baixa renda matriculados em cursos superiores não gratuitos.

Vale, salientar que apresentamos proposição com o mesmo objetivo, na 1ª Sessão Legislativa desta Legisatura, Projeto de Lei nº 653/2003, que foi aprovado pelo Plenário desta Casa, em 11 de dezembro de 2003, depois de receber pareceres favoráveis das doulas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Educação, Cultura e Esportes.

Ao ser enviado à sanção governamental o projeto de lei foi vetado. O Exmo. Sr. Governador reconheceu a total constitucionalidade e legalidade do nosso projeto de lei, mas justificou o veto como sendo contrário ao interesse público. Com a dinâmica natural dos nossos tempos e o sucesso da arrecadação estadual, existe a possibili-

dade da razão de veto do Chefe do Poder Executivo ser alterada e, com isso, a proposição que visa beneficiar milhares de estudantes carentes ser executada e aplicada com sucesso.

Como a proposição de lei orçamentária para o exercício de 2006 está em plena tramitação, esta Casa de Leis, iremos apresentar emenda ao projeto, criando recursos para a aplicação do presente plano de lei. É necessário lembrar a importância da educação como fator de desenvolvimento social, político e econômico de um povo. Sobretudo numa época como a atual já rotulada por pensadores economistas, cientistas e políticos de diferentes tendências como a Era do Conhecimento. Numa sociedade planetária como a nossa, de rápidas e constantes transformações tecnológicas, será ela o mais nítido divisor entre a prosperidade e o atraso. A educação, portanto, é fundamental para que a sociedade tenha um futuro melhor.

No tocante ao ensino superior, determinante na capacitação do estudante para assimilar os avanços tecnológicos, as estatísticas não são muito favoráveis à realidade brasileira, somente aproximadamente 5% (cinco por cento) do nosso povo tem curso universitário. Tal quadro deve-se em grande parte à limitação de vagas nas universidades públicas e ao altíssimo preço das mensalidades cobradas pela rede privada. Um outro obstáculo é a renda da população, a cidade de Foz do Iguaçu, por exemplo, 69% (sessenta e nove por cento) se não estão desempregados ganham até 03 (três) salários mínimos. No nosso Estado, conforme estudo do governo, aproximadamente um milhão de pessoas vivem com apenas 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo e em torno de dois milhões com meio salário-mínimo.

Vê-se, assim, que uma imensa legião não tem qualquer chance de frequentar um a faculdade, face à absoluta incompatibilidade entre a renda e o valor das mensalidades dos estabelecimentos particulares de ensino superior, em média 400 e 700 reais. O valor do benefício pode ser total ou parcial, através de financiamento, devendo ser retornado ao Estado, posteriormente, em moeda corrente do País, através de prestação de serviços ao Poder Público ou através de prestação de serviços de liquidação a qualquer tempo, devendo o saldo devedor ser liquidado após o término do respectivo curso.

O presente programa representa uma importante contribuição desta Casa de Leis para o desenvolvimento social, político e econômico e deve reacender a esperança de muitos em concluir o ensino superior. Diante do exposto, este Parlamentar conta com o apoio dos demais Pares, no sentido da aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 621/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, em todo o território do Estado do Paraná, a comercialização de brinquedos com características iguais ou assemelhadas a armas de fogo.

Parágrafo único. Para as finalidades desta lei, consideram-se armas de fogo todos os instrumentos que tenham acoplados projéteis impulsionados por explosão de pólvora, tais como revólveres, pistolas, carabinas, metralhadoras, granadas e outros.

Art. 2º Aos infratores desta lei, aplicar-se-ão as seguintes sanções em sequência, sem prejuízo das penalidades de natureza cível e penal:

I - advertência;

II - multa de quinhentos reais;

III - apreensão do produto e interdição do estabelecimento comercial ou do veículo transportador.

§ 1º Na hipótese de reincidência, será cancelado o registro do estabelecimento comercial, para atividade de qualquer natureza.

§ 2º O valor previsto no inciso II deste artigo será atualizado em dois de janeiro de cada ano, por ato do Governador, com base no IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Brasil é o país em que mais se morre e mais se mata com armas de fogo no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Só em 2003 foram 36 mil mortos a tiros. A cada dia, morrem em média 100 brasileiros - 40 são jovens - vítimas de armas de fogo.

A palavra violência vem do latim *volere* que significa querer. Então a violência é uma força do querer, do atuar, do agir.

O uso de armas de brinquedos por crianças é um tema polêmico. Embora o Estatuto do Desarmamento em seu artigo 26 diga...;

"Art. 26. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adiestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pelo Comando do Exército."

A pergunta fundamental é: será que o brincar violento incentiva a criança a ser violenta como adulta? Podemos tecer considerações do ponto de vista histórico. Embora cruéis as guerras antigamente eram pequenas e locais, o que não é o caso desde a invenção da bomba atômica, que pode destruir o planeta toda de uma só vez. A

partir deste momento histórico onde a inteligência humana conseguiu esta façanha temos que conscientemente usar nossa inteligência para resolver conflitos de um modo diferente.

Precisamos direcionar esta força do querer.

O desarmamento infantil não se resume em campanhas ou eventos isolados. Este projeto visa, tirar das mãos das crianças produtos de "divertimento" que estimulem a violência, ao mesmo tempo em que gere reflexões sobre a ação nociva das armas de brinquedos no meio infantil.

Os comportamentos violentos são determinados por um conjunto de fatores, a violência está tão acessível às nossas crianças, na televisão, nas ruas e até nas escolas, que precisamos criar mecanismos que venham propor ações práticas para não manter no mercado mais um produto que incentive a violência.

Crianças têm que ser incentivadas ao estudo, às brincadeiras sadias, ao conhecimento, à leitura.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Assumi um compromisso de, semanalmente, registrar na tribuna desta Casa, o número de pessoas que morrem no município de Ponta Grossa, por falta de leitos de UTI. Temos, diariamente, filas de pessoas que têm necessidade de ser internadas em uma UTI. Estamos vendo, diariamente, pessoas que aguardam horas e horas na fila e uma boa parte delas vêm a falecer.

Tivemos nesta semana, o próprio Governador do Estado do Paraná na cidade de Ponta Grossa, na segunda-feira, para anunciar a entrega de alguns veículos do Corpo de Bombeiros. Naquele momento ele castigou com uma crítica, Sr. Presidente, contra os políticos da cidade de Ponta Grossa, que foi voltada diretamente à nossa pessoa e também ao Ministério Público, ao Dr. Fuad Faraj, que tem defendido um melhor atendimento na área da saúde, em especial, a falta de leitos naquele município.

Estou vindo novamente aqui trazer o nosso registro e dizer que nesse final de semana duas pessoas faleceram, à espera de atendimento de UTI e diariamente os problemas acontecem. No dia 3, agora, tivemos o Sr. Oscar que aguardava também, lá na cidade, um leito para ser internado. Acabou não conseguindo, porque não tinha à disposição, ficando horas, horas e horas na fila e veio a falecer.

Sem contar, Sr. Presidente, que a partir do dia 1º agora, tínhamos, até então, doze funcionários trabalhando

na Central de Leitos da 3ª Regional de Saúde de Ponta Grossa. A partir do dia 1º, o Governo do Estado diminuiu o número de funcionários, de doze para cinco e isso fez com que ficasse mais precário ainda o atendimento na área da saúde, em especial, repito, das pessoas que precisavam ser internadas em uma UTI.

A coisa não vai bem. Vemos o Governo do Estado do Paraná anunciar investimentos na saúde, na ordem de bilhões de reais, mas na hora que lemos a execução orçamentária do Governo do Estado, do orçamento, vemos que o governo gasta uma parte daquele dinheiro, que era para ir para a saúde, em outras áreas que não têm nada a ver com a saúde.

Pergunto aqui: será que uma parte desse dinheiro não está indo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para a publicidade e para os meios de comunicação no Estado do Paraná? Só neste ano o governo do Estado está gastando 140 milhões de reais em publicidade, nos meios de comunicação do nosso Estado. Isso daria, Sr. Presidente, para implantar 1400 leitos de UTI nos hospitais do nosso Estado do Paraná.

Chamo a atenção, aqui: Sr. Governador, acorda! Acorda! A saúde de Ponta Grossa não vai bem! Continuam morrendo pessoas na fila, à espera de um leito de UTI! A obrigação de oferecer os leitos de UTI é do Sr. Governador Roberto Requião!

Semanalmente, Sr. Presidente, vou cobrar, desta tribuna, uma ação real, com pouco papo e muita ação. É isso que queremos: a solução!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesta semana, tivemos a aprovação de um projeto de minha autoria, que obteve o apoio de todos os Pares desta Casa, que reduzia a carga tributária do ICMS para indústrias estabelecidas em Foz do Iguaçu. Com certeza não se trata de uma medida bairrista - já falei isso aqui desta tribuna - mas, sim, de uma medida inteligente por parte do Governo do Estado, que certamente vai sancionar esse projeto. E vai sancionar não porque é um projeto que, como o seu Líder muito bem frisou, vai gerar milhares de empregos na fronteira - que hoje precisa - mas porque, acima de tudo, é um projeto que vai multiplicar a arrecadação no setor do Estado do Paraná e vai colocar como uma medida eficiente no combate ao contrabando, tendo em vista que na data de hoje - notícia que peguei agora, às 13h40, na Folha On Line - só hoje, a Polícia Federal desbaratou uma quadrilha que atuava no setor de informática, prendendo mais de trinta e cinco milhões - uma fraude na comercialização de produtos de informática.

E gostaria também, Sr. Presidente, de reprisar aqui uma notícia que circulou a nível nacional nesta semana, na Revista Isto É Dinheiro, sobre a "Primavera Fiscal". Nela consta que todos os Estados abrem uma "temporada" de redução de ICMS e o Paraná, com certeza, não pode andar na contra-mão da história, porque perderemos empregos, contribuintes e, com certeza, arrecadação. E essa reportagem diz que, segundo a Governadora do Rio, do PMDB, Rosinha Mateus, a cada vez que se corta o imposto, sente-se de imediato uma perda de arrecadação, mais seis meses depois, passamos a sentir os benefícios da medida. A Governadora, que isentou toda a cadeia produtiva do recolhimento de ICMS, taxando o consumo em 13%, e o resultado foi a geração de três mil empregos e um aumento de 3% na arrecadação do setor.

Na semana passada, Minas Gerais, através do Governador Aécio Neves, anunciou também um pacote de redução tributária, que atinge 152 produtos - também os produtos de informática, de telefonia e de eletroeletrônico, que estamos querendo reduzir a carga tributária aqui no Paraná. O foco recaiu sobre os mais consumidos pela população de baixa renda e terão o efeito em toda a cadeia. No total, a renúncia do Estado chega a 53 milhões, mas o Governador afirma que em breve, pela entrada no mercado de novos consumidores, vai recuperar essa perda e melhorar o caixa.

Dias antes, também, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, ao zerar a alíquota de ICMS para produtos de alto consumo popular, completou uma aposta na redução fiscal, que chegou a mais de duzentos produtos nos últimos anos. Ele também argumentou os limites de isenções para micro, pequenas e médias empresas. Na cadeia produtiva do álcool e do etanol, reduzimos o imposto e aumentamos a arrecadação. Muitos empresários que operavam às escondidas, por não conseguirem arcar com o imposto alto, voltaram à legalidade.

E é esse o espírito dessa lei: trazer para a legalidade mais de 65% dos equipamentos e produtos de informática, que entram no Brasil de maneira clandestina.

Então, gostaria de, nesta data, acima de tudo, agradecer o apoio dos Deputados, tendo em vista que a partir de agora, o que esta Casa poderia fazer em relação a esse projeto de lei, já fez.

Agora compete ao Governo sancionar e dizer que, com certeza, não estamos renunciando à Receita: estamos abrindo mão, temporariamente, de uma previsão que não se concretiza, se não tiver uma medida como essa.

Com certeza em poucos meses, em menos de dois meses, teremos quintuplicado a arrecadação do Paraná no setor de informática e também no setor de eletroeletrônico, principalmente na porta de entrada, que é Foz do Iguaçu, para esses produtos de maneira clandestina.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

É apenas para formalizar um convite que já foi enviado a todos os gabinetes a respeito das audiências públicas do Orçamento Público para o exercício de 2006.

Nós, por determinação do Presidente da Comissão, Deputado Ademir Bier, estaremos fazendo audiências públicas no dia 19, em Cascavel, na parte da manhã, e Pato Branco, à noite; no dia 26, em Londrina e Maringá; no dia 28, em Ponta Grossa e Guarapuava; e no dia 31, em Paranaguá. É importante a participação de cada um dos Deputados, com as suas bases, com seus Prefeitos, com seus Presidentes de Câmaras, suas entidades, associações comerciais, para que possamos, efetivamente, dar o caráter público que o Orçamento tem e que ele possa ser debatido, discutido com a população de uma forma ampla.

Nós entendemos que esse é um papel da Assembléia Legislativa, e desta forma a Assembléia leva ao conhecimento de toda a população do Paraná o Orçamento que deverá ser votado até o final do ano nesta Casa.

Da mesma forma, estamos enviando a todos os gabinetes, já no início da semana que vem, a cópia do Orçamento, para que todos tomem conhecimento, e também uma análise bastante explicativa a respeito dos principais dados. Temos tido sucessivamente - está aqui o Deputado Tadeu Veneri - debates a respeito da aplicação na área da saúde, a quantidade de recursos que ali têm sido investidos. E eu tenho certeza que o momento mais oportuno de realizar essa discussão é neste momento.

E eu gostaria de alertar ainda para hoje, quando houve a prestação quadrimestral de contas, realizada pelo Secretário Heron Arzua, que esteve aqui na Casa cumprindo um dos artigos da nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, mas é onde ele deixa muito claro a dificuldade de relacionamento dos Estados com relação ao Governo Federal. É uma relação que também se degrada dia-a-dia quando falamos dos municípios. Temos visto, sistematicamente, os municípios brasileiros indo buscar as suas participações no fundo, mas, mais do que isso, a cada dia vendo diminuídos os recursos que têm para serem aplicados junto às suas comunidades.

Então, é importante que neste momento que se faz essa discussão, neste momento em que a Assembléia Legislativa cumpre de uma forma positiva com o seu papel, que isso venha ocorrer com a participação dos Deputados.

Gostaríamos de contar, então, Deputado Ademir Bier, todos os membros da Comissão, com a participação dos Deputados nessas audiências públicas e lá fazendo, inclusive, tenho certeza, ressoar a recente declaração a respeito da Lei Kandir, porque o Estado do Paraná e outros estados já estão fazendo, do pouco repasse, de pouco caso que tem sido feito na questão do ressarcimento da Lei Kandir, Deputado Dobrandino, porque isso traz ao Estado do Paraná um grave prejuízo.

Outra discussão que pretendemos abrir também, é com relação ao pagamento do Pasep, ao Governo Fede-

ral. Os Estados pagam ao Governo Federal o Pasep. Esse dinheiro acaba indo para o FAF e depois, para esse recurso retornar, ele acaba retornando na forma de empréstimos à Secretaria do Trabalho, através da agência do trabalhador.

Então, é muito importante que esses assuntos sejam debatidos, discutidos com a população do Paraná. E a Assembléia Legislativa dá, mais uma vez, o exemplo, sob a Presidência Hermas Brandão, de ir ao encontro da população paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos ScarPELLINI.

Deputado José Domingos ScarPELLINI (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não vamos nem falar do pedágio hoje, porque ainda não abaixou, não acabou, continua sendo cobrado; o Governador não tomou nenhuma medida concreta a favor do povo.

Hoje nós temos um pout-pourri de vários assuntos. Primeiro, abrindo a nossa fala, queremos dizer que o troféu itinerante do Governador Requião, o famoso troféu Severino das Araucárias que ele ofereceu para o Dr. Francisco da Cunha Pereira, na semana passada, ontem ele passou, transitoriamente, para Luiz Geraldo Mazza, jornalista conceituado, um grande homem na imprensa e na vida política paranaense.

Então, agora, o troféu já está na mão do Luiz Geraldo Mazza e o Governador continua fazendo as suas pegadinhas com o povo do Paraná e com as pessoas. Fez isso quando prometeu acabar com o pedágio; agora ele não consegue resolver os problemas, quer ficar fazendo brincadeiras para distrair a opinião pública e para, com isso, ir levando a efeito o seu Governo.

Enquanto nós vemos aqui no Paraná em Páginas as viagens feitas pela equipe de Governo: Dona Maristela Requião foi a Londres para, num intercâmbio do Museu Oscar Niemayer e o Tate Gallery, abrir a mostra paranaense, Bruno Lecholski, na embaixada do Brasil na Inglaterra. Essa brincadeira está custando aproximadamente 15.000 dólares. Aqui não pé milhões é só mil dólares.

É um via e vem onde Mirtes e Ayrton Pisseti também voaram para Praga, Viena e Salzburg, ali hóspedes de tradicional hotel entre mozartianas harmonias nos Alpes austríacos. Esse é o Governo Roberto Requião!

Enquanto isso o garoto-propaganda, que também é Secretário de Estado diz que a Segurança vai muito bem, o índice de criminalidade aumentando e o Governador aderindo agora ao uso da arma pela população. Porque parece que passou a ser interessante diante da pesquisa

que o Palácio Iguaçu fez atendendo a um apelo do Burguês do Bigorriho.

Então nós vemos que a situação do Estado está se agravando! Enquanto a El Paso em um mandado de segurança discutia uma cláusula compromissária com relação ao juiz arbitral. O Governo do Estado havia proposto um mandado de segurança e o Tribunal de Justiça aqui deu ganho de causa a El Paso, com isso fixando a jurisdição ao Juiz Arbitral lá na França. Lá, em Paris, já está pré-fixada a indenização que o Governo do Paraná, a Copel terá que pagar à empresa El Paso, 900 milhões de dólares. O Dr. Roberto Requião deverá ser responsabilizado civil e criminalmente por isso, porque antes de assumir o Governo, em dezembro de 2002, ele pediu à Copel que contratasse o escritório do advogado Pinheiro Neto em São Paulo e esse escritório em São Paulo deu um parecer, dizendo que o Estado não poderia fugir da cláusula já pré-fixada com relação ao juiz arbitral na França.

O que aconteceu? Agora vai para Paris para ser julgado na França e lá já está o valor arbitrado em 900 milhões de dólares e com isso, a Copel irá quebrar. Com essa cláusula e essa indenização, a Copel irá quebrar, porque o Governador, de maneira irresponsável, rompeu unilateralmente, contrariando o parecer do escritório de advocacia que ele mesmo havia solicitado o parecer. Nós teremos que entrar com as Ações de responsabilização civil e criminal contra o Governador e contra os diretores da Copel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Durval Amaral.

Também usará o horário da Liderança do seu Partido, por quinze minutos.

Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer uma reflexão sobre esses meses do atual Governo, que assumiu o Estado reafirmando o seu compromisso com as mudanças no Estado do Paraná. Na época, disse o Governador: "mudam as prioridades, muda o estilo de governar". Hoje quero fazer um resgate, embora rápido, de algumas dessas promessas feitas no Estado do Paraná.

Com relação ao emprego, que era uma das promessas do Governo, nos últimos dias temos acompanhado os programas do PMDB. O Governo comemora a geração de 274 mil empregos no Paraná. Como sugere o nosso Deputado Anibelli, 300 mil empregos.

Eu gostaria, imensamente, de entender qual é a euforia do Governo do Estado do Paraná. Afinal, até o ano passado, o Governo fazia uma propaganda que havia gerado 70 mil empregos no Estado do Paraná. Espelhava-se "out door", propagandas em pontos de ônibus. Agora,

uma propaganda, mesmo que veiculada partidariamente, de 274 mil empregos. Onde estão, Srs. Deputados, os outros 426 mil empregos? Seria aquela outra propaganda, que era oficial do Estado do Paraná, propaganda enganosa?

Outro dos programas do Governo do Estado, ou melhor, das promessas realizadas durante o período eleitoral, era o "Programa Irmão mais Velho" que o Governo dizia que estaria voltado para o primeiro emprego àqueles com até 21 anos de idade e não vi objetivamente nada sendo criado para oportunizar, absolutamente nada. E o Programa Irmão mais velho que também havia promessa de gerar emprego, de reciclar, de requalificar aqueles nossos irmãos com mais de 40 anos de idade? Exceto uma única ação que é a do Porto de Paranaguá, onde o irmão mais velho efetivamente foi prestigiado? E não vi nenhuma outra ação do Governo, se preocupando com aqueles que têm mais de 40 anos de idade.

Os nossos Secretários de Estado, com todo o respeito e apreço, não vou aqui particularizar negativamente nenhum deles, positivamente, sim, posso enaltecer aqui porque já fiz isso hoje. Pela manhã o Secretário Heron Arzua, que conduz a Secretaria da Fazenda de uma maneira totalmente profissional. Mas, infelizmente, com relação a outras Secretarias de Estado, são poucos os Secretários que preenchem o requisito técnico, o requisito profissional, o requisito da competência que possam acompanhar mesmo que à distância, a inteligência do Governador Roberto Requião. É lamentável até a subserviência de muitos Secretários de Estado, que ao invés de contribuírem, efetivamente, com o Governador do Estado do Paraná, acabam por uma subserviência irracional, até prejudicando o desempenho do Governo.

As questões das indústrias. A promessa era de abertura de milhares de novas indústrias, no Estado do Paraná. Eu, sinceramente, faço um desafio aqui: Quantas foram às indústrias que vieram para o Paraná trazidas pelas mãos do Secretário Nelson Justus? Dezenas, centenas de indústrias, o Nelson Justus trouxe!

Quantas? Centenas de novas indústrias vieram para o Paraná, em função da política de desenvolvimento industrial desenvolvida e de atração de novas indústrias pelo Governo anterior.

Passa a usar o horário da Liderança do PFL

Nós não conseguimos citar, eu ainda tentei, me esforcei, Nelson Justus, para encontrar duas grandes indústrias que tivessem vindo para o Paraná, nos últimos anos e, não consegui.

Não estou dizendo três, dez, cem. Não consegui me lembrar de duas grandes indústrias, que tenham se instalado no Paraná, que tenham ido ao Palácio Iguaçu assinar o Protocolo de Intenções, que tenham se instalado no Estado do Paraná e investido aqui, alguns milhões de dólares. Eu sequer estou falando aqui em multinacional.

Claro que pequenas empresas, eu realço e valorizo a iniciativa do Governo do Estado com relação às micro-empresas. Mas, simplesmente o Estado do Paraná passou a viver uma estagnação, com relação à atração de novas indústrias e sinceramente é lamentável ver que grandes empresas, grandes empresários que vieram para o Estado do Paraná, que assinaram contratos com o Estado do Paraná tiveram esses contratos unilateralmente rompidos, desrespeitando os protocolos, os contratos, em situações que deixam inclusive o Secretário da Fazenda, às vezes, até sem ação diante de um grande empresário. Porque não há explicação que se possa dar, quando o Estado rompe unilateralmente um contrato com uma empresa que veio se instalou e investiu e, que de repente não pode ter aquilo que a lei lhe confere. E que às vezes, o Secretário constrangido tem que dizer: Não resta outra alternativa ao senhor; entre na justiça, que na justiça o senhor vai ganhar.

Essa é a realidade e algumas dessas empresas que faturam milhões, milhões, milhões, no Estado do Paraná. Os contratos.

Aqui, o Deputado Scarpellini trouxe uma denúncia que já temos falado, dito. O passivo que o Governo do Estado do Paraná está deixando às futuras gerações, é inaceitável, com rompimento de contratos de maneira unilateral.

Aqui disse o Scarpellini há pouco, o caso da UEG Araucária da El Passo, novecentos milhões de dólares a Copel terá que pagar. Antes, depois ou daqui a dez, vinte, trinta anos, mas esse passivo ficará para a sociedade paranaense, exceto se houver equilíbrio e bom senso de se buscar negociação. Contrariaram pareceres de uns dos maiores escritórios de advocacia do Brasil. Fizem pela gana e movidos pelo sentimento da emoção e da retaliação. E o passivo vai se acumulando. Não precisa dizer dos erros cometidos com relação à rescisão, a tentativa de se romper os contratos com as concessionárias. Já se acumulam quase cinquenta milhões de indenizações ou de ações, de sucumbências ou honorários advocatícios só com relação às concessionárias que o Estado terá que pagar.

Mas essa irresponsabilidade, esse passivo que vai atingir a todos nós, cidadãos paranaenses, a sociedade infelizmente não é informada. Vão inúmeros contratos. Um erro atrás do outro. E tenho dito, com relação à promessa falaciosa de se acabar com o pedágio. Realmente chego à conclusão que o Governo do Paraná não tem a intenção, nem jurídica, nem política, a intenção séria de por fim a qualquer um desses contratos.

Primeiro não fez sindicância, não fez processo administrativo, não estabeleceu contraditório, negociou mal com a Caminhos do Paraná, negociou mal com a Rodovia das Cataratas. Um erro atrás do outro. Agora estamos vendo, uma conseguiu na Justiça 42% de aumento, antes, porém, levou a Praça de Pedágio lá da Lapa que sozinha arrecada mais que todas as demais.

A outra conseguiu na Justiça, a Cataratas, reajuste contratual, depois de ter obtido os privilégios que pretendia, porque o próprio Governo não cumpriu aquilo que tratou. E não é o Governo passado, não. É esse Governo mesmo! Esse Governo não cumpriu com aquilo que havia assinado com a Caminhos do Paraná e com a Rodovia das Cataratas, mas o passivo continua aumentando.

Com relação à agricultura, quanto foi feito pelo Governo passado, ou então pelo próprio Governador Requião na área agrícola do Estado do Paraná, uma verdadeira revolução, uma readequação da estrada rural, era microbacias, era o Paraná Doze Meses, programa do Calçário, uma verdadeira revolução no campo.

E o que é que estamos vendo agora com o nosso querido, estimado e prezado Secretário Orlando Pessuti. Não vejo ações concretas do Governo para a agricultura, exceto a de punir os agricultores do Paraná que perderam, no melhor ano da exportação de soja, em função dessa briga irresponsável com relação aos transgênicos, oito reais por saca de soja.

Imaginem o que esse prejuízo trouxe para o Governo do Paraná e para todos os produtores. É lamentável!

Com relação à saúde pública do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos aqui recebendo a visita do ex-Deputado Luiz Carlos Alborghetti, nossas boas-vindas.

O Sr. **Plauto Miró Guimarães (PFL)**

Só para ajudar no seu pronunciamento, em relação à geração de empregos. Há diferença de informações: um dia é um número, outro dia é outro. Mas, só lembrando que o Governador do Estado do Paraná, no lugar de atrair novos investimentos para o nosso Estado, ele está espantado. A indústria Nosque, a antiga Pisa que faz papel de imprensa, pretende aumentar a sua linha de produção em Jaguariaíva, querendo triplicar. Hoje 30% do papel consumido no Brasil é produzido aqui; 70% vem de outros países, Deputado Durval Amaral. E a Noski quer investir um bilhão de reais, e vai gerar, diretos, setecentos empregos; e cinco mil empregos indiretos com essa ampliação. Sabe o que o Governador Roberto Requião está fazendo para que isso aconteça? Nada! Pelo contrário, está atrapalhando! Não deixa essa indústria instalar-se dentro do Estado do Paraná!

Então, é isso que acontece: no lugar de ajudar, o Sr. Governador vem atrapalhando e mentindo, ou melhor, desculpa, faltando com a verdade na televisão.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Muito obrigado pelo aparte.

No seu discurso de posse, voltando-se para a área da saúde, o Governador dizia que a saúde do Estado do Paraná era um caso emergencial, e anunciava que pretendia ampliar a rede de postos de saúde, de ambulatórios 24 horas e aumentar o número de leitos em UTI.

Pois bem. Vemos a propaganda do Governo, de que o Estado do Paraná investiu um bilhão, o número é muito grande, um bilhão de reais em saúde pública. Esqueceu-se o Governo de dizer que este um bilhão, quanto dele é oriundo do SUS, do Sistema Único de Saúde, dos repasses do Governo Federal.

E para encerrar, prometeu construir duzentas mil casas populares. Na verdade, não chegou a cinco mil habitações populares. Teria muito mais, mas poderei continuar a reflexão sobre esse Governo nas próximas Sessões da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Grande Expediente, Deputado Antonio Martins Anibelli.

(Declina)

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças: PPS; PDT; PT.

Com a palavra, Deputado Ângelo Vanhoni.

Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de ontem, conversando com o Governador Roberto Requião, ele fez uma solicitação para que os Deputados do PT lá em Brasília solicitassem um pouco de recursos por parte do Governo Federal para serem aplicados aqui no Estado do Paraná.

Corre uma informação, damos já como algo consumado, que o Governo Federal não tem tratado o Estado do Paraná com o devido respeito, com o devido carinho que o Estado do Paraná necessita, que o Governo Federal pode fazer muito mais do que já está fazendo aqui em relação ao nosso Estado, afinal de contas passaram-se dois anos e oito meses e não assistimos nenhuma obra do Governo Federal, nenhum grande programa do Governo Federal acontecendo no Estado do Paraná, ações isoladas em alguns programas, como na área da educação, como na área em que beneficiam todos os Estados da Nação. Na questão social do programa Fome Zero, sabemos que acontece no Paraná como acontece em outras unidades da Federação, mas é preciso destacar para fazer uma correção a este entendimento, que se trata de um entendimento falso, que o Governo Federal não tem uma preocupação e não tem um investimento de envergadura no nosso Estado.

O Deputado Natálio Stica já teve oportunidade de destacar em outra oportunidade, uma revolução está para acontecer no Estado do Paraná, e essa revolução, do

ponto de vista industrial e de investimentos é patrocinada pelo Governo Federal. A maior empresa responsável por arrecadação de ICMS no nosso Estado e que gera recursos para que o Governador do Estado possa recuperar estrada, investir em saúde, possa melhorar a infra-estrutura de Foz do Iguaçu ou aplicar os recursos em Londrina vêm do ICMS, vem da arrecadação crescente que o Governo do Estado tem.

Os investimentos previstos pela unidade da Repar, nos próximos nove anos, a contar do ano passado, é na ordem de um bilhão e trezentos milhões de dólares nesta refinaria.

Não há investimento nos últimos trinta anos no Estado do Paraná desta envergadura. Nunca aconteceu, em trinta anos!

O Secretário Heron Arzua que comanda as finanças do Estado do Paraná, é um homem ponderado, controla o caixa do Governo como o Governador Roberto Requião gosta, sempre tendo um pouquinho de recurso para uma emergência, não gasta mais do que pode. Não lança o Estado em aventura para endividar o Estado. Ele destaca que este investimento da Petrobras no Paraná será o impacto duas vezes maior na arrecadação dos impostos do que significou a construção do pólo automobilístico aqui na Região Metropolitana de Curitiba.

Não somente esse investimento que vai redundar na geração de riqueza, de impostos, mais vai redundar, segundo os cálculos da própria Repar e do Governo do Estado, na relação direta, na ordem de dezessete mil empregos diretos e indiretos.

Isso, na Região Metropolitana de Curitiba, que concentra quase um quarto da população do Paraná.

O Deputado Plauto Miró acabou de vir ao microfone da Assembléia falando da possibilidade de uma empresa investir um bilhão de reais e trazer setecentos mil empregos.

Pois bem, estamos falando do investimento que a Repar está fazendo na cidade de Araucária, na transformação e no readequamento da sua refinaria, num investimento de um bilhão e trezentos milhões de dólares em nove anos, e com uma repercussão de dezessete mil empregos diretos e indiretos.

É preciso destacar as nossas opções políticas, as nossas vontades de cada Partido superar o outro Partido, de conquistar o poder no ano que vem, tanto do Estado quanto federal. Destacar as denúncias que hoje atingem o Governo Federal, o Congresso Nacional. É preciso reconhecer as coisas boas que estão acontecendo no nosso Estado, e que vão ter um benefício que todos desejamos, que é a geração de emprego, de riqueza e o desenvolvimento do nosso Estado.

Essa já seria uma informação por si só para ser comemorada pelo Governador do Estado e pela Assembléia Legislativa. Mas não basta só isso, as transformações que a Petrobras está colocando em curso são apenas para agregar valor naquilo que já existe, isto é, aumentar a capacidade de refino de petróleo. O Deputado Natálio

Stica já destacou os produtos que serão processados com a nova tecnologia, e é por isso que esses investimentos são de alta envergadura, são produtos que vão ao encontro daquilo que o Deputado Rafael Greca falou na tribuna; ontem, que o Brasil tem que caminhar para soluções alternativas, do ponto de vista ambiental, para que possa fazer com que o desenvolvimento sustentável do nosso país se desenvolva com o tempo.

Então, o processo do petróleo, o processo do óleo diesel e da gasolina, que hoje no diesel temos duas mil ppm de enxofre, a proposta é reduzir para duzentos, no óleo diesel. E na gasolina, que é perto de mil, é reduzir para cinquenta. Isso significa menos enxofre na gasolina e menos enxofre no óleo diesel. De uma transformação profunda, abrupta, violenta, respeitando aquilo que o Tratado de Quioto impõe para todos os países em desenvolvimento no mundo inteiro. O Brasil sai na frente e sai na frente a refinaria de Araucária que é do Paraná, que é da região Metropolitana de Curitiba. Então, esse dado é preciso que destaquemos.

Quero confessar-lhe algo de tom pessoal: há cem dias - como meus companheiros do PT, e aqueles que não são do PT, mas que apostaram e querem uma mudança no nosso país - estou profundamente abalado com o que tem acontecido em nosso país, sobretudo no Governo, em função das denúncias de malversação de dinheiro público, de caixa 2, enfim, dos problemas que estão sendo tratados lá no Congresso Nacional.

Eu sou um homem de cinquenta anos de idade, e desde os 25 na universidade, milito para tentar transformar a sociedade, luto para fazer com que o País e a vida das pessoas sejam pautadas por mais justiça, por mais igualdade, por uma vida diferente desta que temos, que é uma sociedade que concentra riquezas e expulsa as pessoas de seus direitos. Sabemos que é possível mudar a vida. Não é o mercado que vai fazer isso, só tem duas maneiras de mudar: a vontade que o ser humano tem dentro do seu espírito e a idéia, aliada a uma vontade de mudança, a idéia de evolução, a idéia de progresso, a idéia de um novo homem, de novas relações, combinada com a vontade que o ser humano tem. Essas duas forças fazem com que a história seja movida. Então, eu acredito nessa possibilidade.

Eu até disse um dia desses: "não é preciso pensar, quando me acordo e vou sair de casa, quando eu abro a porta da minha casa, se a rua está lá na frente para que eu possa pisá-la, subir em um ônibus ou pegar um carro e vir à Assembléia". Eu levo em conta, na minha consciência, na minha alma, no meu espírito que a rua existe! Para nós, do PT, para nós que construímos, para nós da esquerda, esses valores que, de certa maneira o nosso Partido, pelo erro de alguns, trincou, esses valores para nós são fundamentais; é como se fizessem parte da nossa rua. Eu não precisava pensar, eu levava em conta que isso existia entre todos nós.

Foi um duro baque; não é porque o PT sofreu esse baque, mas tem coisas boas que o Governo Federal está

fazendo, em nome da população mais pobre, em nome do desenvolvimento do país. Não concordo com muitas das coisas que o Governo vem fazendo, mas é preciso realçar as boas e tentar corrigir o rumo da política que o Governo vem implementando. É isso que me move e eu acho que é isso que deve mover as pessoas que querem o bem do Brasil, que querem o bem do Estado do Paraná.

A Petrobras e o Governo Federal, com um bilhão e trezentos milhões, nos próximos nove anos, faz uma revolução que em trinta anos não acontecia no Estado do Paraná. É preciso que destaquemos isso para o povo paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto a Liderança do PSDB, PMDB, Liderança da Oposição.

(**Todas declinam**)

Consulto a Liderança do Governo se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A revista norte-americana de economia global e finanças voltou a apontar a Copel como a melhor empresa da América Latina. Felizmente, e para nós com muito orgulho, o Governo do Estado recuperou a Copel, não deixou que se concretizasse a intenção do Governo passado, de vender a Copel. Ela novamente vai receber o prêmio de melhor empresa da América Latina. É uma notícia importante. Essa revista é lida por mais de 250 milhões de leitores em 150 países. Registro, nesta Casa, esta informação, que é importantíssima para a Copel, para o Paraná e para o Brasil.

Conforme os números de empregos que o Governo anunciou, eu diria ao Deputado Durval Amaral, da Oposição, que esses números são de empregos com registro em carteiras de trabalho. Então, é muito fácil levantar isso, porque é dado do Ministério do Trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Líder do Governo - muitos discursos aqui nós entendemos - isso aqui é a Casa da Democracia, a Oposição está no seu papel, - sem nenhum conteúdo. Eu jamais virei responder na tribuna. Àqueles que são rotineiros, sempre os mesmos, não dá direito de vir aqui responder aqueles discursos, mas eu gostaria de responder ao discurso do Deputado Durval Amaral, a quem tenho um respeito muito grande e ele sabe que é verdadeiro o que estou falando, a nossa amizade não é de hoje, está acima de qualquer posição política, mas que eu tenho que colocar aqui a posição nossa e a realidade do Governo. Dizia o Deputado e em parte concordo, que não tem o registro de uma grande empresa no Paraná.

Respondendo ao nobre Deputado, a grande maioria de empregos do Paraná e do Brasil é através das pequenas empresas e não das grandes. E neste Governo, a grande empresa que está gerando emprego é a política da manutenção das pequenas empresas. Representa, com certeza, Deputado Durval Amaral, muito mais emprego que talvez das grandes empresas que V. Exa. gostaria que viesse para o Paraná.

É bom virem grandes, mas é muito mais sadio e muito mais importante para o Paraná a manutenção das pequenas.

Ontem, Deputado Anibelli, fui a Campo Largo e tive numa empresa de porte pequeno. E o empresário nos dizia, Srs. Deputados, "só estou com as portas abertas, só estou produzindo em função da política do Governo Requião, implantada nesse seu mandato".

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Como hoje o assunto é emprego e desemprego, queria prestar uma homenagem, no Dia da Microempresa, ao Governador Roberto Requião, que isentou as micro e pequenas empresas; 150 mil estão isentas com o pagamento do ICMS diferenciado. É esse o segredo que o Governo Federal deveria ter feito, que nós aqui no Paraná, com a inteligência do nosso Governador, fizemos uma reforma tributária. Neste Estado existe uma reforma tributária. A isenção.

Parabéns a V. Exa.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Obrigado, nobre Deputado.

Eu diria que a política do Governador Requião nesse incentivo às pequenas empresas e ontem lá o empresário lamentava que não tem da mesma forma, ainda, parece que está transitando no Congresso Nacional por parte do Governo Federal para que possa dar esse mesmo incentivo às pequenas empresas.

Então, nobre Deputado Durval Amaral, se pegar a política de incentivo, se pegar a política social deste Governo, esses benefícios sociais ele deu para o leite das crianças, incentivo dos pequenos, para não pagar luz e água, é uma política sadia, que vem contribuindo, em muito, para o povo do Paraná. Não podemos pensar só nas grandes empresas, por exemplo. Eu diria, que poucas pequenas empresas geram mais emprego do que uma montadora de hoje, que é toda robotizada. A política do Governo do Paraná também é sadia. Claro que são bem-vindas as grandes empresas que podem gerar recursos.

Venho aqui defender este Governo, porque quando tiver que contestar, eu contesto. Eu falo o que penso e falo aquilo que está correto. Nesta linha de pensamento tenho que defender este Governo, que faz um grande governo no Paraná. Nobre Deputado Durval Amaral, não estou fazendo comparação, de forma nenhuma, com a política do Governo passado.

Concedo democraticamente ao Deputado Durval Amaral, o uso da palavra.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Muito obrigado, nobre Deputado Dobrandino. Sabe que tenho por V. Exa. o maior apreço e respeito. Cultuo uma admiração verdadeira, de coração, por V. Exa.

Não discordamos, efetivamente, com relação à questão da política voltada à microempresa do Governo Roberto Requião e também ao aparte do Deputado Anibelli, muito pelo contrário.

Pessoalmente, dei os parabéns ao Governador com relação à política voltada às microempresas, sabendo sempre que elas são mais beneficiadas no setor do comércio.

Não estou fazendo uma apologia do Governo Lula, mas sabemos que a economia brasileira teve um crescimento sensível nos últimos anos, esse crescimento da economia repercute na geração de empregos no Estado do Paraná; isto é inquestionável. Temos que realçar aqui o setor de manufaturados, a indústria de transformação, as montadoras, o agronegócio, tiveram fator decisivo na geração de empregos no Estado do Paraná.

Relembrando, quando falamos nas montadoras, eu, como V. Exa. e todos nós, paranaenses, estamos aguardando ainda que o Governo do Estado do Paraná denuncie os contratos e os "privilégios", que o Governo prometia que existiam com relação aos contratos com a Renault, Audi, Volkswagen, Volvo, Chrysler, que foram temas da sua campanha de governo. Disse que no primeiro mês de governo iria denunciar todos esses protocolos, que não existia nada secreto quando se tratava de interesse público e que iria entrar na Justiça, contra essas montadoras.

Hoje, estamos vendo que, se o Porto de Paranaguá não está quebrado, é em função do grande número de exportação de veículos, fabricados pelas montadoras do Estado do Paraná. Aquilo que o Governador criticou no passado ou como candidato está se valendo agora, para fazer o governo que está fazendo.

Muito obrigado, pelo aparte.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Eu também gostaria de um aparte.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Na sequência, Deputado Vanhoni.

Agradeço o seu aparte, Deputado Durval Amaral.

Muitos contratos que o Governo gostaria de acabar, não conseguiu, um deles é do pedágio, que V. Exa. constantemente vem cobrando do Governo. Ele não conseguiu acabar, mas vem brigando na Justiça. Não é sua culpa esse pedágio. V. Exa. sabe que essa é uma herança que ficou do governo passado e que vem sendo questionado pelo povo do Paraná. O governo estadual vem brigando sobre essa questão que é muito importante para o Paraná.

Deputado Vanhoni, tenho aqui poucos segundos, mas V. Exa. pode usá-los.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

V. Exa. tem poucos segundos.

Eu aguardo uma outra oportunidade.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Obrigado, nobre Deputado. Eu lhe agradeço.

Esse Governo é responsável e assume de frente os problemas em favor do povo do Paraná e nem poderia ser diferente. É um governo sério; tem que agir assim.

Obrigado, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Carlos Simões, Chico Noroeste, Jocelito Canto e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando a constituição de um Bloco Parlamentar formado pelas Bancadas do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, Partido Liberal-PL e Partido Municipalista Renovador-PMR, informando ainda que o Bloco Parlamentar, será composto de 04 (quatro) Deputados, tendo como Líder o Deputado Jocelito Canto. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Duílio Genari, José Domingos Scarpellini, Reni Pereira e pela Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, comunicando a constituição de um Bloco Parlamentar PP/PSB - Partido Progressista e Partido Socialista Brasileiro. **À Diretoria Legislativa, para informar.**

Indicação nº 052/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a implantação do curso de Veterinária, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 053/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a implantação do curso de Arquitetura, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 054/2005, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo a obrigatoriedade da exibição de filme publicitário educativo esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes de cada sessão principal, em todos os cinemas do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3055, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando licença para se ausentar dos trabalhos de Plenário na Sessão Ordinária do dia 10 de outubro, para participar em Porto Alegre-RS, da reunião sobre Regulamentação da Lei Agrícola Federal sobre Inspeção Sanitária de Alimentos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3041, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 06 de outubro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de Interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Miltinho Pupio e Elton Carlos Welter, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004, Lei Florestal do Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 212/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o *caput* e acrescidos e alterados parágrafos e incisos do artigo 7º, da Lei nº 11.054, de

14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Código Florestal do Estado do Paraná:

“Art. 7º As florestas e demais formas de vegetação nativa consideradas Reserva Florestal Legal devem representar, em uma ou várias parcelas, um mínimo de 20% (vinte por cento) da propriedade rural, visando a manutenção de vegetação nativa do Estado e ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade, respeitando os interesses públicos.

§1º Por opção do proprietário, o estabelecimento de Reserva Florestal Legal, poderá ser estabelecida em outro imóvel, como reserva legal cedida, desde alternativamente, esteja situado:

I - no mesmo município;

II - na mesma bacia hidrográfica;

III - na mesma área ou região administrativa do órgão ambiental do Estado;

IV - nos condomínios florestais privados ou públicos, localizados no território estadual, ficando vedado que se estabeleçam nos Municípios de Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

§ 2º Caberá ao Governo do Estado implementar os condomínios florestais públicos:

I - em áreas de baixa aptidão agrícola, que se encontrem degradadas, para fins de recomposição ambiental;

II - em áreas extensivas de grande importância ecológica;

III - em remanescentes de vegetação nativa necessários à conexão das Unidades de Conservação.

§ 3º As propriedades que após cumprirem com as disposições deste artigo, ainda dispuserem de mais áreas cobertas com vegetação nativa em qualquer estágio de desenvolvimento, poderão ceder ou arrendar este excesso para outras propriedades que não possuam a Reserva Florestal Legal, ou possuam parte dela, obedecido o disposto no parágrafo 1º, deste artigo.

§ 4º Os proprietários que possuam grandes áreas, com vegetação nativa e de interesse ecológico, poderão constituir condomínios florestais privados para fins de compensação de reserva legal, desde que obedecendo o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 5º Os condomínios florestais públicos ou privados serão divididos em cotas de Reserva Florestal Legal que poderão ser vendidas ou arrendadas aos interessados, obedecendo-se o parágrafo 1º deste artigo.

§ 6º A recomposição poderá ser realizada mediante o plantio temporário de espécies exóticas como pioneiras, visando a restauração do ecossistema original.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 224/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Lang. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2005, de 02.05.2005, em Projetos de Lei, pag. 24).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 268/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas auto-peças, "desmanches". **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 268/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a comercialização de peças de veículos sinistrados, que sejam desmontados e suas peças colocadas nas prateleiras.

Parágrafo Único. Os veículos devem permanecer em sua forma original e as peças que serão comercializadas, retiradas no ato da venda.

Art. 2º Todos os veículos sinistrados, deverão possuir procedência, de onde ficam comprados, com suas respectivas notas fiscais.

§ 1º Os veículos sinistrados antes de serem levados às Auto-Peças, deverão ser fotografados no local da compra.

§ 2º Esses veículos adquiridos devem estar obrigatoriamente baixados pelo Detran - Departamento de Trânsito do Paraná.

Art. 3º Todas as Auto-Peças que trabalham na venda de peças usadas, deverão possuir um fichário de controle de cada veículo sinistrado, com as respectivas fotos e notas fiscais de compra, conforme artigo 2º.

Art. 4º Ao serem vendidas as peças ao consumidor, deverão ser obrigatoriamente emitidas as respectivas notas fiscais, devendo uma fotocópia da mesma, permanecer no fichário de controle de cada veículo sinistrado.

Art. 5º As peças que forem encontradas nas prateleiras das Auto-Peças e não acopladas nos veículos sinistrados serão apreendidas.

Parágrafo Único. Não sendo comprovada a origem das peças mencionadas no *caput* deste artigo, o estabelecimento autuado será imediatamente excluído do cadastro estadual de contribuinte do ICMS.

Art. 6º Antes e depois da venda das peças, é obrigado que seja tirada a fotografia as quais ficarão no fichário de controle de cada veículo.

Art. 7º As disposições desta lei aplicam-se aos veículos sinistrados, adquiridos em outros Estados para serem objeto de comercialização no Paraná.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contidas na Lei nº 13.022, de 22 de dezembro de 2000.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 269/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina de Rodovia Antonio Fregulia, o trecho da rodovia estadual PR-317, da ponte sobre o Rio Piquiri no Município de Formosa do Oeste até o trevo de acesso à cidade de Jesuítas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/2005, de 10.05.2005, em Projetos de Lei, pag. 19).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 013/2005, de autoria do Deputado Nelson Justus, que aprova a realização de plebiscito nos municípios de Moreira Sales e Goioerê, para que a população decida sobre a ratificação do memorial descritivo do Município de Moreira Sales, dado pela Lei nº 4.245/60. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2005, de 02.08.2005, em Projetos de Resolução, pag. 09).**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com o Sidredi e Sicob, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Hermas Brandão e Elio Rusch, com apoio dos Srs. Deputados Milton Pupio, Carlos Simões e Plauto Miró Guimarães, nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 296/2005**

Art. 1º Nas localidades que não dispõem de bancos oficiais o pagamento dos servidores estaduais far-se-á em agências de outros bancos, situadas na localidade de trabalho do servidor, se ativo, ou na localidade de residência, se inativo.

Art. 2º Fica facultado às prefeituras municipais, ao Estado e suas Secretarias, às autarquias e empresas públicas vinculadas ao Poder Público, a efetuarem movimentações financeiras nas cooperativas de crédito.

Art. 3º Fica permitido, aos Poderes Públicos Estadual e Municipal, a realização de convênios com as cooperativas de crédito, para o recolhimento de tributos, pagamentos de proventos aos servidores públicos e concessão de empréstimos para servidores públicos com débito em conta.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 13.527, de 24 de abril de 2002.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO

ELIO RUSCH

Apoiamento:

Miltinho Pupio, Carlos Simões e Plauto Miró Guimarães.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - OF. nº 482/2005, que altera dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), por força do exarado na Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ, EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ. Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que institui incentivo fiscal para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de quarenta anos de idade. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. (Publ. no DA nº 036/2005, de 03/05/2005, em Projetos de Lei, pág. 08).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 249/2005

P A R E C E R :

Mérito

O projeto de lei em análise objetiva a concessão de incentivo fiscal, consistente em deduções mensais e anuais nos valores a serem pagos a título de ICMS e IPVA, respectivamente, pelas pessoas jurídicas estabelecidas no Paraná. Em contrapartida, as pessoas jurídicas beneficiadas serão aquelas que estiverem adotando a política de contratação de jovens na faixa etária entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos de idade, e que possuam pelo menos 30% (trinta por cento) dos seus empregados com idade superior a 40 (quarenta) anos de idade.

Constitucionalidade

Sob o ponto de vista da constitucionalidade do projeto, o assunto deve ser analisado sob o prisma do disposto no Título VI, Capítulo I, Seção II da Constituição Federal/1988.

Ao dispor sobre as limitações do poder de tributar do Estado, o legislador Constituinte estabeleceu no parágrafo 6º do artigo 150 o seguinte:

"Art. 150 ...

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, 2º, XII, g."

Por sua vez, o mencionado artigo 155, parágrafo 2º, XII, "g" da Constituição Federal dispõe que "cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados."

Desta forma, sob o prisma da Constituição Federal/88 não há impedimento para que o Estado legisle sobre a concessão de incentivo fiscal, desde que o faça através de lei complementar.

Legalidade

Ocorre que, além de adequar-se à Constituição Federal, o projeto também deve ser adequado à legislação infraconstitucional vigente.

Neste sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita obedeça a critérios por ela estabelecidos.

Por este motivo, o projeto de lei deve adequar-se ao disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a seguir transcrito:

"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meios do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decor-

rer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do artigo 153 da Constituição, na forma do seu parágrafo 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.”

Desta forma, para adequar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão do incentivo previsto no projeto de lei deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes. Além disto, a renúncia da receita deverá ser considerada na Lei Orçamentária Anual e não deve afetar as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conclusão

Em razão do exposto, nosso parecer é pela constitucionalidade do projeto, desde que convertido em projeto de lei complementar, e desde que acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, promovidas as alterações necessárias para a sua implementação no orçamento vigente.

A exigência de uma planilha de cálculo do impacto orçamentário-financeiro tem o escopo de atribuir maior segurança jurídica aos projetos de lei, para que alterem o orçamento com maior planejamento e precisão, evitando esvaziamentos inesperados e imprevistos.

Contudo, no que tange a elaboração da planilha e para que haja a necessária adequação da Lei Orçamentária, faz-se necessário a análise do projeto pela Comissão de Finanças da Casa.

Para finalizar, quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes a Lei Complementar nº 95/98.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 249/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 249/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, institui incentivo fiscal de ICMS e IPVA para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de quarenta anos.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto visa estimular a geração de novos empregos no Estado através de incentivo fiscal, onde as pessoas jurídicas contribuintes poderão fazer compensação do valor de ICMS e IPVA incremental da empresa.

Conforme artigo 3º, o Poder Executivo procederá à regulamentação da lei no prazo de 120 dias a contar da sua publicação, bem como, as alterações necessárias no Orçamento vigente.

O projeto necessita de ajustes de técnica legislativa para tornar o texto mais claro e objetivo, motivo pelo qual se apresenta o substitutivo geral em anexo.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 28.09.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 249/2005

Art. 1º Fica instituído incentivo fiscal destinado a estimular pessoas jurídicas domiciliadas no Estado que, na qualidade de empregador:

a) gerem novos postos de trabalho para emprego de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos;

b) possuam pelo menos 30% (trinta por cento) de seus empregados com idade superior a 40 anos.

Parágrafo Único. O incentivo fiscal de que trata o *caput* não se estenderá à pessoa jurídica inadimplente para com os tributos estaduais relativamente a créditos tributários que não seja com sua exigibilidade suspensa.

Art. 2º O incentivo fiscal de que trata esta lei, a ser usufruído por parte da pessoa jurídica que cumprir o disposto no artigo anterior, consistirá:

I - para as pessoas jurídicas contribuintes do ICMS, na dedução mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais) do ICMS a recolher, para cada posto de trabalho ocupado por empregado contratado nas condições previstas no artigo 1º, limitado a 30% do saldo devedor mensal do ICMS a recolher;

II - para as pessoas jurídicas contribuintes do IPVA, na dedução anual de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) do IPVA devido, para cada posto de trabalho ocupado por empregado contratado na condição prevista no artigo 1º.

§ 1º A dedução mensal de que trata o inciso I deste artigo somente poderá ser utilizada para compensação com o valor do ICMS incremental da empresa.

§ 2º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, o ICMS incremental corresponderá à diferença a maior do saldo devedor do ICMS mensal apurado em relação à média do saldo devedor do ICMS apurado no exercício anterior.

§ 3º A dedução mensal de que trata o inciso II deste artigo somente poderá ser utilizada para compensação com o valor do IPVA incremental da empresa.

§ 4º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, o IPVA incremental corresponderá à diferença a maior do

valor pago de IPVA pela empresa no ano em curso comparativamente ao valor do IPVA pago no exercício anterior.

§ 5º Para os fins do disposto no:

a) inciso I, o valor do crédito outorgado deverá ser lançado diretamente no campo "Outros Créditos" do livro Registro de Apuração do ICMS;

b) inciso II, o valor do crédito outorgado deverá ser requerido à repartição fiscal do domicílio tributário do requerente, com indicação do veículo automotor em relação ao qual deverá ocorrer a correspondente dedução, mediante a apresentação de:

1. cópia reprográfica do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo;

2. documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos legais.

§ 6º Deverão ser mantidos à disposição do fisco os documentos comprobatórios da existência do contrato de trabalho correspondente ao benefício utilizado, bem como, se for o caso, de que 30% dos empregados possuem idade superior a 40 anos.

Art. 3º O Poder Executivo procederá à regulamentação da utilização dos incentivos fiscais instituídos nesta lei no prazo de 120 dias a contar da sua publicação, e a promover, no orçamento vigente, as alterações necessárias para a sua implementação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.09.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3062, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 249/2005.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 040/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que regulamenta o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9394/96, de 20/12/96 (Transferência Escolar - Ensino Superior). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Aprovada.**

OF/CTL/CC Nº 127/2005

Curitiba, 27 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 155/2005, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 040/2004, por julgá-lo, em parte inconstitucional, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo normatizar, em nível estadual, o processo de transferência *ex-officio* a que se refere o parágrafo único, do artigo 49, da Lei Federal nº 9394, de 20/12/1996 (lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB), regulamentado pela Lei nº 9536, de 11 de dezembro de 1997.

Por oportuno, cabe frisar que o referido dispositivo legal foi alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 3324-7), na parte que se refere às transferências "entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino."

O projeto de lei em referência, da forma como está colocado, permitindo de maneira ampla e irrestrita as transferências, no âmbito de todas as instituições de ensino superior do sistema estadual, indubitavelmente incidirá na mesma inconstitucionalidade que fulminou parte da disposição legal federal antes referida.

Conforme informação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao contrário das instituições públicas de ensino superior, mantidas pelo Estado, "as instituições municipais não são gratuitas e poderiam ser caracterizadas como provadas por esse aspecto e assim o sendo a transferência *ex-officio* de uma instituição municipal para uma instituição estadual estaria vetada de acordo com a decisão do STF."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei em referência que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 040/2004 encontra-se publicado no DA nº 064/2005, de 21/06/2005, em Redação Final, pág. 46).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 69/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 40/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo regulamentar o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9394/96, de 20/12/96 (Transferência escolar - ensino superior).

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3074, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. Não acatado.

Solicito à assessoria, porque no antigo Regimento, não poderia receber requerimento para retirada de projeto que está em veto.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na verdade, no Regimento anterior e no atual, veto não pode ser retirado. Entretanto, a Casa tem feito algumas concessões e joga para o Plenário, que decide, como foi feito hoje com alguns projetos.

Então, temos que decidir, para não termos dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Ratinho Júnior, solicito que V. Exa. se pronuncie, porque eu não estava presidindo a Sessão, e o Regimento é claro... não podemos retirar vetos de pauta.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Veja bem, Sr. Presidente, como ontem já teve um precedente de ter sido retirado, gostaria que fosse usada a mesma medida, para hoje. Aí, poderemos ter uma reunião com a Mesa Executiva e decidir quais são os termos e a maneira que será tomada daqui para frente.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Pela Ordem)

Concordo com o Deputado Ratinho, até porque ontem a retirada de veto era do meu projeto. Então, se coube essa liberdade ao meu projeto, acho que cabe muito bem ao Deputado Ratinho Júnior.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, penso que eu, por exemplo, fui prejudicada aqui na Casa, porque um veto meu não foi retirado exatamente porque... então, tudo bem. Poderíamos estar apresentando alterações no Regimento, porque tem que constar no Regimento. Há uma concordância aqui de que veto pode ser retirado, que conste no Regimento pelo menos, porque ficamos mais à vontade do que contrariar o Regimento assim dessa maneira.

Posso encaminhar a alteração?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou fazer o seguinte: vou deixar de receber o requerimento e vou desconsiderar o projeto na pauta.

Não acatado pela Mesa.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 3038, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3039, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3042 e 3043, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3044, 3045 e 3046, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3047, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3049, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3050, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3051 e 3052, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3053, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3058 a 3061, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3065, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Retirado pela autora.**

Requerimentos nºs 3069 a 3073, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3075, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3077, de autoria dos Srs. Deputados Reni Pereira, Durval Amaral e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3078, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a Sessão.

DIÁRIO Nº 109**SUMÁRIO****Audiência Pública:**

Ata..... 30

Mesa Executiva 31

Presenças 31

Abertura da Sessão 31

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

1ª Discussão 31

Discussão Única (Proposições). 32

Encerramento da Sessão Ordinária..... 34

Publicações:

Atas de Comissão

Defesa dos Direitos da Mulher,
da Criança e do Adolescente 34

101/2002 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a presidência do Deputado Hermas Brandão e contando com a presença dos Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Marcos Isfer e Cida Borghetti. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente passou a palavra ao Dr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda que apresentou os relatórios do quadrimestre. Após a explanação feita pelo Dr. Nestor Bueno, Diretor da Secretaria, o Deputado Hermas Brandão abriu a palavra para que os Deputados formulassem perguntas sobre o relatório apresentado. Após questionamento, encerrou o trabalho, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos presentes que compareceram na Audiência Pública e fez constar que as bancadas partidárias, com assento na Assembleia Legislativa do Estado têm pela Secretaria da Fazenda alta consideração pela especial deferência e presteza que são atendidos os requerimentos e questionamentos dos Srs. Deputados e pela eficiência no trato das finanças do Estado.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

103ª SESSÃO ORDINÁRIA**Audiência Pública:****Ata**

AUDIÊNCIA PÚBLICA
ATA

Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e cinco, no Plenário Luiz Gabriel Guimarães Sampaio deste Poder Legislativo, foi realizada Audiência Pública de prestação de contas do 2º Quadrimestre de 2005, apresentado pela Coordenação da Administração Financeira do Estado, da Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE OUTUBRO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Ademir Traiano, Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro e Mauro Moraes (07). E em viagem representativa o Sr. Deputado Elton Carlos Welter (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade

Pública a Associação Recreativa e Cultural Aprisco - Arca, com sede e foro no Município de Sarandi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2005, de 13/06/2005, em Projetos de Lei, pág. 12).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 374/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Cultural Aprisco - Arca, com sede e foro no Município de Sarandi, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristo - Abec, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 14).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 582/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristo - Abec, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Campos Gerais Madre Paulina, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 15).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 585/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Campos Gerais Madre Paulina, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública o Grupo Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 16).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 587/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Elza Correia, declara de Utilidade Pública o Grupo Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 595/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Quedas do Iguaçu - ASQ, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2005, de 27/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 12).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 595/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Quedas do Iguaçu - ASQ, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Proposição)

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 070/2005, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 196/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Dois Vizinhos, para ampliação da Vizivali - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, que é mantida pelo Centro Pastoral e Assistencial Dom Carlos - CPEA. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 130/2005

Curitiba, 04 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 184/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 196/2005, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, de propriedade do Estado,

ao Município de Dois Vizinhos, para ampliação da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - Vizilavi, sendo que os vetos parciais apostos incidiram sobre as disposições do artigo 4º e de seu parágrafo único.

A disposição contida no artigo 4º, da maneira como está colocada, contraria o próprio sentido do projeto, eis que este propõe doação de imóvel, não podendo, portanto, exigir contrapartida, caso contrário, estar-se-ia tratando de permuta e não de doação. Outro fator que impede o acolhimento do referido dispositivo é que não pode o Estado impor obrigações desta natureza a entidades alheias à sua própria administração. Com o veto apostado ao artigo 4º, seu parágrafo único perdeu o objeto, devendo, portanto, também ser vetado.

Estes os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 196/2005 encontra-se publicado no DA nº 071/2005, de 29/06/2005, em Redação Final, pág. 04).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 196/2005

VETO PARCIAL Nº 070/2005

P A R E C E R :

O veto do Chefe do Poder Executivo é analisado sob o prisma da tempestividade e do cumprimento do texto legal e constitucional. Nestes termos o presente veto parcial ao Projeto de Lei nº 196/2005 - Proposição nº 70/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin encontra-se em condições de ser submetido à apreciação do Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) **DURVAL AMARAL** - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares, para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Procede à chamada nominal)

Trinta e oito Deputados presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Trinta e oito Deputados votantes.

Os Deputados Elio Rusch, Bradock e Deputada Elza Correia, farão a contagem dos votos.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Só queria salientar, Sras. e Srs. Deputados, que ontem tivemos um grande desastre ecológico em toda

região Sul do Estado, não só afetando Pinhão, com mais de quinhentas casas destelhadas. Temos, até o momento, duzentas pessoas desabrigadas, mas a maioria da região Sul, que foi afetada, está com quase cinco mil pessoas com suas casas destruídas.

Por isso, quero pedir um reforço aos líderes, também do PT, para falarem com o Ministério das Cidades, para que a Defesa Civil do Estado do Paraná possa estar entrando com telhas, com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros, tentando uma ação para ajudar aquelas pessoas carentes, uma região muito pobre do Estado, mas, principalmente, o Governo Federal.

O Governo do Estado está liberando, se não me engano, dez mil telhas no dia de hoje, mas ainda precisamos de mais ajuda. A chuva foi tão forte que mais de trinta veículos chegaram a ter quebrados seus pára-brisas. Casas destruídas, casas levadas pelo vento. Um desastre atmosférico ecológico, talvez numa visto naquela região. Estradas interrompidas por árvores derrubadas.

Por isso, peço a todos os Deputados que têm contato com a região, no que puderem ajudar, colaborar, mandarem mantimentos às pessoas carentes, seria de bom alvitre neste momento.

E ao Presidente, reforçando o pedido, ao Governo do Estado e aos líderes do PT, juntamente a bancada governista liderada pelo nosso companheiro que estou vendo, Stica, junto ao PT, Tadeu Veneri e companheiros, para que o Governo Federal também entre nessa parceria e ajude neste momento os municípios da região Sul.

Obrigado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Só aproveitando e colaborando com o pronunciamento do Deputado Kielse, a chuva de pedra que atacou a nossa região, em especial o Município de Pinhão, foram encontradas pedras de até oitocentos gramas. Isso para demonstrar o potencial do impacto que pode ter sido causado em função desse desastre que ocorreu lá.

Certamente é um momento de bastante sensibilidade, um momento de carência daquele município, onde temos que nos manifestar e nos posicionar rapidamente. Certamente aquilo que o Deputado falou, e a necessidade do Município, falam muito alto neste momento e temos todos que nos somar para tentar resolver o problema e as necessidades dessas famílias alcançadas por essa chuva e por todo esse desastre ambiental.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Só para lembrar a todos os Parlamentares e os paranaenses, inclusive gabinetes parlamentares que devem estar nos ouvindo agora, convidamos a todos os Parlamentares, funcionários da Casa, para segunda-feira, às 10h00 da manhã, no plenarinho da Assembléia Legislativa, o lançamento oficial da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa com a presença do Presidente da Frente, Deputado Alberto Fraga e outras lideranças a nível nacional e também do Estado do Paraná.

Todos estão gentilmente convidados para estar, segunda-feira, no plenarinho.

Como disse, o convite é extensivo a todos os funcionários e assessores dos Srs. Deputados aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Resultado da votação: 29, SIM; 08, NÃO; 01 NULO.

Portanto, está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 270, 437 e 474/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 374, 582, 585, 587 e 595/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 433 e 573/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 084/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti

e com a presença das seguintes Deputadas: Elza Correia e Luciana Rafagnin. A Sra. Presidente declara aberta a presente reunião homenageando a Deputada Elza Correia pela iniciativa do requerimento que criou esta Comissão. Contamos ainda com a presença dos senhores: Fernando Borges Mânica e João Carlos Madureira; procuradores do Estado do Paraná; Dorival da Costa; assistente social e representante do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil; Dalzira Maria Aparecida; representante do Movimento Negro e Coordenadora do Grupo de União e Consciência Negra do Paraná; Avani Rodrigues; Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná e Adriana Ayres Ferreira, Juíza da 3ª Vara Cível, que prontamente compareceram a fim de colaborar e opinar sobre as necessidades que envolvem esta Comissão, e na definição das diretrizes e prioridades da linha de atuação dos trabalhos. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradece a todos os presentes, dando por encerrada a presente reunião, que para constar, eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
Luciana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti e com a presença da Deputada Luciana Rafagnin. A Sra. Presidente declara aberta a presente reunião, cumprimentando a todos os presentes e, passando a palavra aos convidados: Dra. Darli Rafael - Delegada Titular da Delegacia da Mulher de Curitiba; professor José Rodrigues Lemos - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Paraná; e Vera Cleve de Oliveira - Chefe de Gabinete da Deputada Elza Correia, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerra a presente reunião, que para constar, eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
Luciana Andretta - Secretária
